

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Mestrado em Relações Internacionais

A Política Externa Brasileira para a África durante o governo Lula (2003-2010): a cooperação internacional em prol da segurança alimentar

Diogo Filipe Sens

Diogo Filipe Sens

A Política Externa Brasileira para a África durante o governo Lula (2003-2010): a cooperação internacional em prol da segurança alimentar

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, sob orientação do Professor Dr. José Flávio Sombra Saraiva.

Diogo Filipe Sens

A Política Externa Brasileira para a África durante o governo Lula (2003-2010):
a cooperação internacional em prol da segurança alimentar

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, sob orientação do Professor Dr. José Flávio Sombra Saraiva.

Data de defesa: 06 de março de 2014

Resultado: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva

Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa

Prof. Dr. Antônio José Barbosa

2014

Agradecimentos

As primeiras pessoas para as quais eu devo uma imensa gratidão são, certamente, os meus parentes mais próximos. Tomar a decisão de se afastar, ainda que temporariamente, de seu emprego e mudar-se para uma cidade com a qual pouco se teve contato nunca é uma tarefa fácil. Pela compreensão com o projeto a que me propus, o qual demandou certa dose de sacrifício, e também por todo o apoio incondicional desde o início desta caminhada, dedico este trabalho à minha mãe.

Extensivamente, dedico também a meu círculo familiar mais próximo, à minha irmã Diony, pessoa que decidiu se dedicar a um projeto, em conjunto com seu companheiro Marcelo, infinitamente mais desafiador – e, acredito, infinitamente mais compensador – que o meu, projeto esse que a esta altura do campeonato deve estar começando a dar os primeiros passos e a dizer as primeiras palavras depois de “mama”. Dedico também à minha irmã Anna Cláudia, que, brevemente, irá adentrar a este maravilhoso mundo acadêmico, de forma totalmente espontânea e sem maiores influências externas.

Não poderia deixar de agradecer também de imediato à pessoa que, há quase uma década, ampliou o meu espaço familiar não somente com sua companhia, mas também por me apresentar pessoas maravilhosas de seu próprio círculo familiar, as quais dedico à minha sogra Silvia em nome de todos. Há pouco mais de um ano, esta pessoa também resolveu arriscar-se nessa aventura de se afastar de sua cidade natal em busca de algo maior, e desde então ela vem sendo um apoio incansável, nos momentos mais tensos, e uma companheira inestimável nos momentos de maior alegria. À Ana Silvia, toda minha dedicação e todo o meu afeto.

Não poderia deixar de mencionar a grande companhia que acabei encontrando neste ambiente acadêmico. Pessoas que, na maioria das vezes, estavam na mesma situação que a minha, afastados da família em uma cidade a qual não conheciam direito ainda, e sem as quais esta jornada seria bem mais penosa. Agradeço à Flávia, ao André, ao Guga, ao Alan, ao Cairo, ao(s) Bruno(s), à Paulinha, à(s) Laura(s) e a todos aqueles – que em grande parte não nos vemos há um bom tempo – que tornaram esse tempo no mestrado uma coisa especial.

“O tomate que dona Anete julgou inadequado para o porco que iria servir de alimento para sua família pode vir a ser um excelente alimento para o porco e sua família, no julgamento do porco. Cabe lembrar que dona Anete tem o telencéfalo altamente desenvolvido enquanto o porco não tem nem mesmo um polegar, que dirá opositor. O porco tem, no entanto, um dono. O dono do porco é um ser humano, com telencéfalo altamente desenvolvido, polegar opositor e dinheiro. [...] Aquilo que os porcos julgarem inadequados para a sua alimentação, será utilizado na alimentação destas mulheres e crianças. Estas mulheres e crianças são seres humanos, com telencéfalo altamente desenvolvido, polegar opositor e nenhum dinheiro. Elas não têm dono e, o que é pior, são muitas. [...] O que coloca os seres humanos da Ilha das Flores numa posição posterior aos porcos na prioridade de escolha de materiais orgânicos é o fato de não terem dinheiro nem dono. Os humanos se diferenciam dos outros animais pelo telencéfalo altamente desenvolvido, pelo polegar opositor e por serem livres. Livre é o estado daquele que tem liberdade. Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.”

- *Ilha das Flores*, de Jorge Furtado (1989)

Resumo

A segurança alimentar ganha espaço nas discussões públicas, no Brasil, a partir do processo de redemocratização, por meio da mobilização das forças sociais. A partir da eleição de Lula, em 2003, a questão do combate da fome foi alçado ao nível de principal política pública – nacional e internacional – brasileira. Por meio da diplomacia presidencial ou de cúpula, Lula mobilizou a comunidade internacional em torno do problema da fome e da miséria, considerado pelo presidente o maior causador das instabilidades internacionais. No âmbito da política externa brasileira, Lula desenvolveu o conceito de desenvolvimento econômico e social, pelo qual a questão da fome encontra outros conceitos consagrados pela História da inserção internacional do Brasil, como a diversificação de parcerias, a valorização do multilateralismo e a promoção de uma ordem internacional mais justa. O presente trabalho pretende analisar essa interação entre a questão da fome e a política externa. Em um primeiro momento, estabelecerá os princípios históricos da política externa brasileira que foram resgatados – de modo explícito ou não – por Lula, com enfoque na Política Externa Independente (PEI). Na segunda parte do trabalho, será feito um levantamento sobre a evolução da discussão da segurança alimentar, no âmbito internacional e no doméstico, até o ponto em que ela influenciou as diretrizes do governo Lula. Na parte três, haverá uma análise sobre o posicionamento do presidente diante dessa temática, a qual, por meio de seu engajamento pessoal, dominou as mais diversas esferas de interesse da agenda internacional brasileira. Com base em suas declarações, serão avaliados os avanços e os percalços na discussão sobre a promoção da segurança alimentar no Brasil e no mundo. Nas considerações finais, serão expostas as conclusões a que se chegaram, particularmente o significativo avanço em matéria de elaboração conceitual sobre o tema da fome, contrastando com o relativo impasse nas medidas concretas. Não se busca um levantamento quantitativo das iniciativas, mas uma análise qualitativa sobre a formulação da política externa de Lula sobre a fome, por meio da pesquisa bibliográfica sobre as duas temáticas, bem como sobre a base documental das declarações de Lula ao longo de seus dois mandatos.

Palavras-chave: segurança alimentar, desenvolvimento econômico e social, política externa brasileira

Abstract

Since the redemocratization process, food security has gaining ground in Brazilian public discussion through the mobilization of social forces. From the election of Lula in 2003, the issue of fighting hunger has raised to the level of major Brazilian national and international public policy. Through the presidential – or summit – diplomacy Lula has mobilized the international community around the issue of hunger and poverty, which was considered by the President the greatest cause of international instability. In the context of Brazilian foreign policy Lula has evolved the concept of economic and social development, by which the issue of hunger meets with other concepts enshrined in the history of the international insertion of Brazil, such as diversification of partnerships, enhancement of multilateralism and the promotion of a more equitable international order. This study aims to examine this interaction between the issue of hunger and foreign policy. Firstly, it will be established the historical principles of Brazilian foreign policy that were rescued – explicitly or not – by Lula, focusing on the Independent Foreign Policy (PEI). In the second part of the study, a survey of the evolution of the discussion of food security at the international and domestic levels will be made, to the extent that it has influenced the policies of the Lula government. In part three, there will be an analysis of the position of the President on this subject, which, through their personal involvement, has dominated the most diverse spheres of interest of the Brazilian international agenda. Based on his statements, as well as on established experiences with African countries – the region chosen by Lula to his most prominent actions –, it will be evaluated the progress and setbacks in the discussion on the promotion of food security in Brazil and in the world. In the concluding remarks, the final impressions, especially the significant breakthrough that came in the area of conceptual elaboration on the theme of hunger, will be exposed contrasting with the relative stalemate in concrete measures. We do not want to submit a quantitative survey of these initiatives, but instead a qualitative analysis on the formulation of Lula's foreign policy about hunger, through the literature on these two themes, as well as the documentary basis of statements of Lula along its two terms.

Keywords: food security, social and economic development, Brazilian foreign policy

Lista de siglas e abreviaturas

AFRAS – Cúpula África-América do Sul

AoA – Acordo sobre Agricultura

AOD – Assistência Oficial ao Desenvolvimento

ASPA – Cúpula América do Sul-Países Árabes

BM – Banco Mundial

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

CDH – Conselho de Direitos Humanos

CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CGFOME – Coordenação Geral de Apoio às Ações de Combate à Fome

CNAN – Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição

CNSA – Conferência Nacional de Segurança Alimentar

CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CPLP – Comunidade de Países Africanos de Língua Portuguesa

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

G8 – Grupo dos Oito (sete países mais ricos e a Rússia)

G20C – Grupos dos 20 (países emergentes de grande produção agrícola)

IBAS – Índia, Brasil e África do Sul

INAN – Instituto Nacional da Alimentação e Nutrição

JK – Juscelino Kubitschek

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

MINUSTAH – Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NOEI – Nova Ordem Econômica Internacional

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PEB – Política Externa Brasileira

PEI – Política Externa Independente

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

STAN – Serviço Técnico da Alimentação Nacional

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

USAID – Agência Estadunidense de Ajuda ao Desenvolvimento Internacional

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – PRINCÍPIOS E CONCEITOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	15
1.1. <i>A escola histórica e a insuficiência epistemológica das teorias das relações internacionais</i>	16
1.2. <i>Elaboração dos conceitos na realidade brasileira</i>	21
1.3. <i>A política externa do governo Lula</i>	28
CAPÍTULO 2 – A SEGURANÇA ALIMENTAR NA AGENDA BRASILEIRA E INTERNACIONAL	35
2.1. <i>Segurança alimentar, FAO e a agenda internacional</i>	36
2.2. <i>Josué de Castro e a segurança alimentar no Brasil</i>	39
2.3. <i>Lula e a inserção da segurança alimentar na política externa</i>	44
CAPÍTULO 3 – A SEGURANÇA ALIMENTAR NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010)	47
3.1. <i>Diplomacia presidencial</i>	48
3.2. <i>Principais temas suscitados por Lula em suas declarações</i>	52
3.3. <i>Desafios e impedimentos da política externa de Lula</i>	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
BIBLIOGRAFIA	71

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca identificar o espaço que a temática da segurança alimentar ocupou na política externa brasileira na primeira década do século XXI, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Alçadas à mais emblemática iniciativa de seu governo, as políticas públicas de combate à fome e à pobreza, reunidas nos programas de seu primeiro ano de mandato “Fome Zero” e “Bolsa Família”, não somente estiveram presentes na maior parte das declarações presidenciais – em âmbito interno e internacional –, mas também em uma grande volume de iniciativas voltadas à cooperação com países em desenvolvimento.

De fato, é possível observar um espraiamento (ou, ao menos, uma intenção de) das políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN) para a esfera exterior. Em diversos momentos, o presidente Lula manifestou sua vontade de transformar o problema da fome em uma temática global. Mais do que isso, o presidente, em diversas ocasiões, exorta os líderes mundiais a enfrentar este problema, que é considerado por ele o mais relevante de toda a agenda internacional, uma vez que todos os outros desafios, particularmente a questão da segurança internacional, que notoriamente ocupa grande espaço na agenda internacional, derivam da problemática da fome e da pobreza.

Uma análise mais detida sobre essa perspectiva do presidente Lula demonstra, ao fim e ao cabo, que seu entendimento sobre o combate à fome confunde-se com o bem estabelecido conceito de desenvolvimento econômico na política externa brasileira. A literatura é abundante em lidar com o imbricamento histórico entre desenvolvimento e segurança no entendimento brasileiro desde pelo menos a metade do século XX. Dois episódios históricos são emblemáticos nessa seara: o lançamento da Operação Pan-Americana por Juscelino Kubitschek, em 1958, e o lançamento, no contexto da Unctad, de uma proposta por uma Nova Ordem Econômica Internacional, em 1968.

A Operação Pan-Americana (OPA) tinha por pano de fundo a ideia de que desenvolver economicamente a região da América Latina era a melhor forma de afastar ideologias exógenas (i.e.: o comunismo soviético), e que, portanto, era interesse precípua dos Estados Unidos apoiar esse desenvolvimento. A Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) baseava-se, por sua vez, no princípio de que é direito inalienável dos países periféricos superar sua condição de subdesenvolvimento e de que é dever dos países centrais colaborar para a construção de uma ordem internacional mais igualitária.

Essa noção de uma ordem justa e solidária sustenta a proposta de combate à fome de Lula. De acordo com a política exterior engendrada por ele, é interesse da nação brasileira ver superada as contradições econômicas e sociais do país, mas também o é a superação dessas contradições em outros países em desenvolvimento, particularmente os países do entorno brasileiro imediato: a oeste, a América do Sul, e a leste, na outra margem do Atlântico, a África.

Em resumo, a segurança alimentar, durante o governo Lula, não foi apenas uma iniciativa pontual, selecionada para lidar com uma questão específica (a fome) considerada pelo então mandante a mais preocupante na realidade brasileira. Esse conceito foi a base que reuniu uma diversidade de outros conceitos (desenvolvimento, multilateralismo, cooperação internacional, segurança, comércio internacional, meio ambiente) sob seus auspícios.

É com base nessa premissa que o presente trabalho pretende desenvolver-se. Propõe-se entender a contribuição e os desdobramentos de se reunir temas tão diversos em torno de uma temática comum. O objetivo final é comprovar a hipótese levantada de que, não obstante a inegável vantagem de estabelecer uma coesão principiológica, evidenciando que os grandes temas da política externa são de fato interconectados, agregar temas por vezes díspares em um mesmo arcabouço conceitual gera problemas na execução de iniciativas concretas referentes a essa temática.

Os casos selecionados para os trabalhos envolvem a região que por si mesma alberga a simbologia empregada por Lula em seu governo: a África. De fato, as diversas viagens feitas pelo presidente ao continente africano, bem como suas diversas declarações sobre a necessidade de o Brasil estreitar laços com essa região, mostram a importância desta para a política externa do período. Mais do que isso, a África foi o local de excelência para a implementação dos conceitos relacionados à temática da fome: cooperação Sul-Sul, apoio ao desenvolvimento regional, atuação em fóruns multilaterais em favor de ambas as regiões.

O trabalho será organizado em três capítulos. No primeiro, serão estabelecidas as premissas e as diretrizes teóricas que orientaram a pesquisa. A metodologia utilizada é a histórica, pela qual se estabelece que a melhor forma de abordar um objeto de observação é categorizá-lo por meio de conceitos que venham a ser desenvolvidos na própria realidade observada, e não em teorias gerais, de pretensões totalizantes, as quais foram muitas vezes elaboradas em contextos sociais e culturais bastante diversos.

O primeiro capítulo também servirá para estabelecer os princípios da política externa brasileira que, uma vez consolidados na tradição da inserção internacional do país, são importantes para o entendimento da estratégia de inserção de Lula. Uma vez que grande parte dos princípios que Lula advoga para a sua política externa são, na verdade, o resgate de ideias

bastante presentes na História do país (como a inserção autônoma), é importante deixar esse arcabouço principiológico bastante evidente antes de lidar com a questão principal.

O segundo capítulo tratará da temática da segurança alimentar. Assim como o primeiro capítulo, essa parte do trabalho tem por finalidade estabelecer o contexto no qual o governo Lula está inserido, de modo a perceber a origem de muitas das ideias que foram empreendidas em sua gestão. A segurança alimentar teve uma trajetória singular tanto no Brasil quanto na esfera internacional, e sua ascensão a grande tema da política externa brasileira tem uma íntima ligação com o processo de redemocratização do país, bem como da formação de uma realidade internacional pós-Guerra Fria, ambos possibilitando o surgimento de “novos temas” nas discussões públicas.

O terceiro capítulo tratará diretamente da questão da segurança alimentar na política externa de Lula. O objetivo do trabalho não é fazer um levantamento taxativo das iniciativas propugnadas pelo governo brasileiro a parceiros internacionais que sofram do mesmo problema de insegurança alimentar, mas sim estabelecer de que forma a temática da fome organizou os diversos temas da agenda internacional brasileira em torno de si. Com base na pesquisa das declarações que Lula proferiu ao longo de seus dois mandatos, percebe-se uma grande concatenação de temas os mais variados – do comércio à segurança internacionais – sob uma mesma base conceitual, que é a segurança alimentar.

Uma conclusão geral será apresentada na última parte do trabalho. O objetivo é estabelecer que a experiência vivida ao longo do período Lula em matéria de política externa é um desdobramento do contexto do seu período, que ao mesmo tempo era composto por um cenário internacional em progressiva multipolarização e por uma realidade política interna decorrente de um processo de redemocratização ainda em andamento. Propugna-se que, por mais que a discussão em alto nível em torno do problema da fome tenha contribuído para a maturidade conceitual do tema, a ideia de Lula de lidar com diversos temas por meio de uma mesma estratégia mostrou-se impraticável, uma vez que lida com interesses díspares, tanto interna quanto externamente.

CAPÍTULO 1 – PRINCÍPIOS E CONCEITOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O primeiro capítulo de um trabalho da natureza de uma dissertação normalmente é destinado para o estabelecimento do marco teórico que irá guiar as análises para a qual se propõe o estudo em pauta. No caso do presente trabalho, a base conceitual parte da perspectiva da História das Relações Internacionais, a qual estabelece que nenhuma teoria formulada em um contexto estranho ao objeto de análise é adequado para a investigação, uma vez que esse arcabouço teórico carrega consigo a bagagem valorativa da realidade histórica e cultural de seu espaço de origem, bem como a perspectiva e os interesses de quem as formulou.

E escola histórica estabelece que as categorias de análise devem ser tiradas da investigação histórica da realidade à qual se deseja estudar, e não de generalizações conceituais que tentam compreender uma infinidade de realidades concretas dentro de um conjunto limitado de premissas. E é esse caminho que o presente estudo pretende estabelecer. Esse primeiro capítulo, dividido em três partes, tem por função expor essa metodologia histórica adotada.

Na primeira parte, será abordada essa questão das formulações conceituais históricas, e a insuficiência de premissas teóricas pré-estabelecidas para analisar a realidade concreta. Serão levantados tanto os trabalhos dentro das teorias das relações internacionais, que contemporaneamente estabelecem essa insuficiência e parcialidade de suas próprias categorias, quanto da análise histórica, exemplificada pela escola francesa, a qual no Brasil foi incorporada pelos trabalhos de Amado Luiz Cervo.

A segunda parte será um resgate dos conceitos que historicamente foram estabelecidos na inserção internacional brasileira. O propósito não é fazer um compêndio de toda a trajetória da política externa ao longo de sua história como nação independente, mas destacar os princípios estipulados e implementados ao longo do passado recente, os quais condicionaram de forma evidente a política externa do governo Lula, objeto do presente estudo. Qualquer recorte histórico é passível de imprecisão, seja por ignorar aquilo que foi deixado de fora, seja por incluir períodos estranhos ao objetivo pretendido. De todo modo, por razões que serão posteriormente esclarecidas, optou-se pelo período do governo Jânio Quadros (1961) em diante.

A terceira parte traçará de maneira geral as premissas da política externa do governo Lula. Esse tema, em particular, parecerá, à primeira vista, um ponto abordado mais de uma vez, uma vez que ele será resgatado posteriormente, quando se tratar da segurança alimentar no capítulo dois, e mais uma vez quando se lidar com as declarações feitas por Lula, no capítulo

três. Esses dois pontos posteriores, que tratam do objeto específico do trabalho – segurança alimentar – estão intimamente ligados aos princípios da PEB de Lula. Correndo-se o risco de parecer enfadonho, essas premissas principiológicas serão esplanadas nessa seção, a bem da clareza da análise posterior.

1.1. A escola histórica e a insuficiência epistemológica das teorias das relações internacionais

O desenvolvimento dos estudos das relações internacionais, desde sua origem, é permeado pela formação de escolas teóricas que orientam o tipo de análise que o observador irá empreender sobre a realidade dos fatos. Os “grandes debates teóricos” consolidaram-se no desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais, os quais por vezes são utilizados como explicação necessária e suficiente para os desdobramentos internacionais.

No entanto, é cediço que todo desenvolvimento teórico carrega consigo as vicissitudes do contexto social no qual ele fora elaborado, influenciado pela visão de mundo de seus proponentes. Desse modo, utilizar-se de arcabouços teóricos em realidades estranhas a estes pode ser inadequado e, de algum modo, perigoso, pois corre-se o risco – intencional ou não – de naturalizar essas narrativas explicativas, escondendo-se as intencionalidades que envolvem essas explicações.

Assim, ao se buscar análises mais condizentes com a realidade a qual se busca observar, é recomendável que as categorias explicativas sejam elaboradas com base nas experiências históricas pelas quais tenham passado os atores e as ações que serão objeto de análise. Essa ideia mestre é a que motiva a escola histórica das relações internacionais, particularmente a metodologia utilizada por Amado Luiz Cervo, na sua classificação dos modelos de Estado brasileiro, conforme seu modelo de inserção internacional (2008). Cervo, por sua vez, inspira-se em uma das mais reconhecidas escolas históricas de Relações Internacionais: a escola francesa.

As disciplinas históricas sempre tiveram bastante receptividade no ambiente acadêmico francês. No caso específico da História das Relações Internacionais, no entanto, tradicionalmente a disciplina de um certo oficialismo, ou o que se convencionou chamar de “História Diplomática”. Valorizava-se exageradamente as grandes narrativas dos diplomatas e homens de Estado, deixando-se escapar elementos mais sutis de explicação histórica, ligadas a forças que atuam no seio de uma sociedade de forma mais latente.

Foi com Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle que uma mudança fora aventada. Esses autores foram os fundadores do que se convencionou se chamar Escola Francesa, uma

abordagem teórica que buscava afastar modelos estáticos de análise, em benefício de uma aproximação histórica que procurasse identificar regularidades com base em dados alcançados pela pesquisa empírica, não injetar dados históricos em modelos pré-estabelecidos.

Para se afastar de explicações universalistas, a Escola Francesa trabalha com o conceito de multicausalidade, em que um determinado fenômeno histórico é explicado por um arco amplo de causas, cada um exercendo um peso diferenciado na determinação desse fenômeno e nunca havendo uma exclusividade explicativa para essa causa. A validade de cada variável é contingente a cada fenômeno específico.

O conjunto desses vetores de força formam um sistema de causalidade, sendo formada, por seu conteúdo histórico, o que a Escola Francesa convencionou chamar de “forças profundas”. Essas forças são consideradas em vertentes geográficas, demográficas, econômicas, de mentalidade coletiva e de correntes sentimentais. Independentemente de sua natureza, essas forças são sempre perenes, exercendo uma pressão latente com potencial de desencadeamento histórico de fenômenos que tem regularidade observável.

As pressões exercidas pelo sistema de forças da multicausalidade constroem as opções que os agentes das relações internacionais possuem. Esses agentes atuam de forma a seguir uma determinada agenda (o “interesse nacional”), mas deparam com limitações que os obrigam a adotar cálculos estratégicos de meios e riscos. Esse é o sistema de finalidades.

O sistema de finalidades é o elemento subjetivo da construção das Relações Internacionais. Esse elemento determina que, por mais que as massas populacionais, e as forças profundas como um todo, exerçam uma pressão irresistível sobre a sociedade, ainda há homens de Estado que, por deterem certa parcela de poder, são capazes de modificar os rumos históricos, ainda que se observe as restrições advindas do sistema de causalidade.

Esses homens de Estado são cercados por uma série de relações de poder (conexões diplomáticas, militares, econômicas), e um sistema de informações que lhe oferecem um panorama de possibilidades para que seus objetivos, sua agenda ou interesse nacional, possam ser executados. Com base nessas informações, que podem ser oficiais ou clandestinas, o agente das Relações Internacionais adota um cálculo estratégico de meios e riscos, em que pode adotar uma postura cooperativa ou violenta, conforme o resultado desses cálculos. Por serem determinantes para que o cálculo, que se for tomado errado pode ser desastroso, o acesso a informação passa a ser de informação vital crescente (o incremento das tecnologias de informação à distância dão nova dimensão à possibilidade de cálculo que um agente de Relações Internacionais depara).

A noção de movimento nas Relações Internacionais são percebidas em três vertentes, conforme se percebe sua passagem ao longo do tempo. Àqueles eventos que se movem lentamente, a tal ponto que parecem estáticos na História, dá-se o nome de movimento estrutural. Os eventos de mudança muito rápida são os conjunturais. Aos que param de mudar, são circunstanciais (Duroselle, 2000).

O movimento é o elemento dinâmico da Relações Internacionais. O agente de Estado possui um leque de opções de ação com base nos interesses nacionais, nos cálculos de meios e riscos, nas informações que lhe são oferecidas e nas constrições que o sistema de causalidade lhe impõe. No entanto, nenhum desses elementos são estáticos no tempo. Tanto o sistema de forças podem mudar, quanto os custos de se operar de um determinado modo; até mesmo a agenda do homem de Estado pode mudar, muito provavelmente quando esse agente é substituído por outro.

De todo modo, a dinâmica das mudanças é importante para a apreensão adequada das Relações Internacionais. Os eventos passados se acumulam de forma desigual no espaço presente, que criam um patrimônio da História humana, nunca se acumulando de forma definitiva: a dinâmica acúmulo e destruição é constante na História, o que se dá o nome (por Duroselle) de “onda”. Essa onda não age de forma irrefreada. O elemento criativo humano consegue elaborar engenhosidades que o adapta para as circunstâncias trazidas pelo movimento histórico de acúmulo e destruição: a essa engenhosidade Duroselle dá o nome de “criação”. A dinâmica entre onda e criação é fundamental para se apreender corretamente o movimento das Relações Internacionais.

O movimento de ondas e de criação condicionam as relações pelas quais os homens e os Estados travam entre si. Essas relações podem ser pacíficas, ainda que não eliminem certo grau de violência latente (e.g.: a abertura comercial da China pelos EUA no século XIX), podem ser conflituosas ou até mesmo entrar em estado de guerra.

A Escola Francesa vê com bastante desconfiança os conjuntos teóricos monolíticos, por lhe escaparem elementos, que são apresentados na dinâmica entre o sistema de causalidades e o de finalidades, com base no movimento dinâmico da História, tornando a teoria falível. Duroselle assevera ser mais aplicável o conceito de “regularidade” no lugar de leis teóricas. O estabelecimento de regras também é bastante problemático, pois essas são circunstanciais ao ambiente histórico em que foram elaboradas.

No tocante aos conceitos elaborados na realidade internacional e acadêmica brasileira, cabe destaque fundamental para esse trabalho as categorias de análise de Amado Luiz Cervo em torno dos paradigmas do Estado (2008), particularmente os paradigmas desenvolvimentista

e logístico, nos quais foram elaborados os princípios de política externa mais significativos na inserção internacional brasileira no início do século XXI.

Para Amado Luiz Cervo, as teorias são ferramentas analíticas pouco recomendadas para o estudo científico, por elas serem elaboradas em um contexto diverso daquele em que elas são aplicadas. Em outras palavras, não é recomendável a “importação” de teorias, para explicarmos a nossa própria realidade, sendo imperativo que nós mesmos – o observador de plantão – elabore um conjunto de ideias e preceitos, os conceitos, que conduzam sua análise. Nesse contexto, Cervo elabora conceitos com base em paradigmas do Estado brasileiro ao longo da História, para explicar os padrões de tomada de decisões nos diferentes contextos nacionais.

a) Paradigma liberal-conservador (1822-1930): o primeiro modelo de Estado brasileiro criado depois da independência foi engendrado por um grupo social dominante intimamente ligado à produção agroexportadora, em especial o café, o que condicionava seus interesses a um liberalismo econômico internacional que promovesse a venda de seus produtos nos mercados externos. Ao mesmo tempo, por representarem a elite em uma sociedade altamente hierarquizada e desigual, adotavam posturas conservadoras em matéria política, bastante ciosos de uma maior participação popular no processo decisório.

Desse modo, o Estado monárquico e o Estado da Primeira República adotaram esse perfil liberal-conservador, em representação às características do grupo dominante que ocupava o aparato estatal de maneira hegemônica. Ato contínuo, as decisões de Estado, em especial as decisões em política externa, eram tomadas com foco nos interesses desse grupo.

b) Paradigma desenvolvimentista (1930-1990): A Revolução de 1930 e o fim da Primeira República deram nova roupagem à sociedade brasileira, conseqüentemente ao Estado. Com a ascensão de novos grupos ao poder, em um contexto de maior dinamicidade social, com o surgimento de setores médios e com a crescente urbanização, a captação do interesse nacional pelos tomadores de decisão passa a ser mais complexo.

A questão industrial toma matizes mais consistentes nesse diapasão. Um fenômeno que era meramente espontâneo e episódico passa a compor a política de Estado. Desenvolver economicamente o país torna-se um imperativo de independência externa.

O paradigma desenvolvimentista descreve um grande lapso de tempo, em que os regimes políticos democráticos e autoritários foram implementados em movimentos de idas e vindas. Seria no mínimo desafiador reunir toda essa complexidade histórica em um mesmo conceito de Estado; no entanto, um elemento em comum permaneceu ao longo desses 60 anos:

o desenvolvimento econômico do Brasil como fim último do Estado e a política externa como vetor para esse crescimento.

c) Paradigma normal (1990-2000): o início dos anos 1990 trouxeram uma série de mudanças para o mundo, e a América Latina em especial, não somente em decorrência do fim da Guerra Fria, mas também pelo esgotamento do modelo de Estado que até então era considerado o modelo adequado para o Ocidente afastar o risco da revolução social, que ocorrera no mundo socialista, modelo este que apregoava o bem-estar de suas populações nacionais à custa de um endividamento público que se mostrou cada vez mais insustentável.

No Brasil, o modelo desenvolvimentista seguia diretrizes um pouco distintas (preocupava-se mais com a questão do atraso pelo subdesenvolvimento do que pelo bem-estar social), mas pautava-se pela mesma diretriz de endividamento externo, especialmente após os choques do petróleo e da dívida ao longo da década de 1970. O modelo de desenvolvimento por dívida e inflação, com o Estado assumindo um papel preponderante na economia, estava, ao fim e ao cabo, encerrado.

Em seu lugar, movido por novas ideologias econômicas pautadas pelo liberalismo de mercado, adotou-se na região latino-americana o que Cerro chama de Estado normal, que é o Estado que se vale das forças de mercado para engendrar o necessário desenvolvimento nacional. Para essa visão, o desenvolvimentismo criou um protecionismo nacional que impediu que as empresas locais sofressem as pressões da competição externa, possibilitando sua sobrevivência, mesmo sendo pouco produtivas.

No campo da política externa, o foco pela busca autônoma de desenvolvimento e pela diversificação de parcerias foi substituída pela volta de “relações normais” com os tradicionais parceiros desenvolvidos, em especial os Estados Unidos. Amado Luiz Cerro é bastante duro com os governos – no caso brasileiro em especial, o governo FHC – que adotaram o modelo de Estado normal, por considerar essa medida uma abdicação excessiva da autonomia decisória nacional em nome de um ímpeto globalizante que se mostrará posteriormente com vários matizes.

d) Paradigma logístico (2000-): o paradigma contemporâneo, o qual enquadra o governo de Lula e pelo qual iremos nos deter ao longo desta pesquisa, mostra-se, de certo modo, como a síntese dos paradigmas anteriores. Ao mesmo tempo que reconhece que o Estado possui instrumentos limitados para assumir per se a tarefa do desenvolvimento econômico, refuta a tese de que o poder público não tem papel no tocante ao desenvolvimento nacional.

Aproveitando-se de um amadurecimento das forças sociais da nação, especialmente decorrentes do retorno à democracia no Brasil na década de 1980, o Estado logístico serve de apoio a essas forças sociais cumpram o papel de desenvolvimento. O Estado presta-se como indutor e apoiador de última instância, mas não mais como o executor primário.

Do paradigma normal, deixa-se a herança da preservação das contas públicas, mostrando-se que a busca desenfreada pelo desenvolvimento em detrimento do controle inflacionário e das contas externas torna o modelo frágil e pouco sustentável no longo prazo. Em suma, o paradigma logístico sintetiza o amadurecimento institucional que ocorre no Brasil na virada do século XXI, resultante do embate de forças sociais que emergiram com o fim do regime militar e a construção do Estado democrático constitucional de 1988.

1.2. Elaboração dos conceitos na realidade brasileira

A política externa brasileira teve um desenvolvimento teórico e prático singular. Por ter a academia de Relações Internacionais ter-se consolidado no país apenas a partir da década de 1970, com a criação dos primeiros cursos universitários, a comunidade epistêmica responsável pela elaboração, análise e execução das diretrizes da política externa passou muito tempo a se confundir com os agentes públicos responsáveis por essa atividade, particularmente os membros do corpo diplomático brasileiro.

Ainda que a comunidade epistêmica não se resuma na interação Estado-academia, constituindo-se também por membros da sociedade civil (jornalistas, formadores de opinião), mesmo na ausência de um corpo acadêmico consolidado, essa ausência não foi compensada por outros atores sociais, resultando no conhecido hermetismo da diplomacia brasileira. Longe de ser fenômeno natural, esse monolitismo é decorrente do desenvolvimento político brasileiro desde sua independência. Ao constituir-se como nação brasileira, saiu vitorioso o projeto de modernização conservadora, em detrimento de outras possibilidades consideradas mais radicais por aqueles que prevaleceram nos choques políticos internos.

Assim, estabeleceu-se nos tomadores de decisão brasileiros uma cultura política de elitismo esclarecido. Uma elite ilustrada determinaria os melhores rumos para a preservação dos interesses nacionais, ao mesmo tempo em que as paixões cotidianas, reconhecidas nos embates típicos de um regime democrático ou ao menos representativo, deveriam ser contidas. Essa conduta política não somente explica o insulamento do *establishment* estatal perante a população, mas também a quando muita interação conflituosa entre os executores da política externa e os representantes legislativos.

De todo modo, essa estrutura *sui generis* de interação política gerou efeitos na elaboração e implementação da política externa brasileira. Dentre suas características mais marcantes, está a resiliência dos fundamentos principiológicos perante as mudanças históricas enfrentadas. Embora muito dessa tradição internacional brasileira tenha muito de instrumento retórico, é inegável que certos conceitos são, ainda que adaptados, os mesmos ao longo do tempo. O objetivo de analisar esses princípios é saber de que forma eles interagiram com as diretrizes estabelecidas pelo presidente Lula ao longo de seus dois mandatos, de forma a observar o quanto a luta pelo combate à fome tem de influência nesses princípios.

Como exposto, o recorte temporal estabelecido será a Política Externa Independente de Jânio Quadros, por um motivo bastante significativo. Primeiro, porque as diretrizes da Política Externa Brasileira compõem um quadro mental que se aproxima bastante das diretrizes implementadas pelo governo Lula. Não cabe aqui fazer um comparativo entre os dois tempos históricos, bastante distintos em matéria de contexto internacional e configuração da política interna, mas se a formação de conceitos na política externa é o acúmulo de experiências históricas que se preservam ao longo do tempo, a ideia de uma inserção internacional mais autônoma e diversificada inegavelmente inicia-se com Jânio Quadros.

O segundo motivo é a importância que os temas de política externa ganharam a partir do início da década de 1960. Costumeiramente relegada como assunto de burocratas diretamente relacionados com a inserção internacional, a inserção internacional do país passa a fazer parte dos interesses cotidianos da população em geral, de modo a influenciar na configuração da política interna do país, em um contexto de formação da bipolaridade internacional (ainda que nesse período ela já se encaminhasse para uma distensão, após a crise do mísseis) que irremediavelmente polarizou a discussão política nacional, que chegou a seu paroxismo com o rompimento da ordem constitucional em abril de 1964.

Como será abordado no capítulo posterior, a participação da sociedade civil a partir do processo de redemocratização foi um fator de fundamental importância para a reconfiguração da política externa brasileira após o fim do período desenvolvimentista do Estado nacional, na década de 1990. Ainda que os contextos históricos e sociais sejam bastante distintos, é possível vislumbrar uma proximidade, ao mesmo tempo em que se tem, durante o governo Lula, o resgate desses princípios de autonomia propostos por Quadros, inicialmente afastados pelo regime militar, para depois serem resgatados por esse regime, para serem mais uma vez afastados na formação do Estado normal, para, por fim, voltarem a partir de 2003.

A política externa de Jânio Quadros, sob um primeiro olhar, foi uma proposta que partiu em caráter pessoal do presidente, de modo a contrabalancear as medidas de política interna de

conteúdo austero, implementadas para aplacar o descontrole nas contas públicas e no nível geral de preços, que por sua vez foram decorrentes do período de política econômica expansionista de Juscelino Kubitschek. Em um certo sentido, repetia-se a estratégia implementada por Getúlio Vargas, em seu segundo governo, na qual você acenava aos grupos à esquerda do espectro político com iniciativas de seu aparente interesse, e o mesmo se fazia com os grupos à direita (e.g.: controle de gastos públicos).

Independente dos resultados dessa estratégia, esse modo de observar a formação da Política Externa Independente não faz justiça às experiências anteriores que sedimentaram essa proposta de um posicionamento autônomo. Sem necessidade de voltar muito na História, foi durante o período JK que os temas econômicos passaram a ser valorizados nas discussões de política externa, bem como data desse período o início da valorização dos espaços multilaterais, em detrimento do âmbito bilateral. Foi também em JK que se consolidou o entendimento de que a esfera internacional deve ser um instrumento para a promoção do desenvolvimento nacional (SILVA, 1992). Todos esses temas fizeram parte da Política Externa Brasileira.

Outro elemento importante na formação da PEI é a constatação cada vez mais crescente, dentro da elite decisória brasileira – inclusive entre membros que integravam o quadro do Ministério das Relações Exteriores – de que o mundo estava sofrendo uma reconfiguração irresistível, e velhas práticas e velhas abordagens não seriam mais eficientes diante desse cenário em mutação. A mais significativa transformação, no caso, era a ascensão do mundo afro-asiático, decorrente do processo de descolonização. Diante da inclusão de um grande número de novos atores ao sistema internacional, a aproximação seletiva do Brasil em favor de parceiros tradicionais deveria ser substituída por uma abordagem mais universalista.

De maneira semelhante, ficava cada vez mais claro no cenário internacional que o verdadeiro foco de tensão no mundo não era entre Leste e Oeste, mas sim entre Norte e Sul, uma constatação que veio a se consolidar na década seguinte, e que motivou o resgate das premissas da PEI, já em contexto de regime militar. A questão econômica passa a ter um significado maior, pois é por ela que o Brasil teria que passar para superar sua condição periférica. E para que isso seja realizado, alinhamentos automáticos que apelem para uma tradição histórica, e que principalmente inviabilizavam a execução de outras parcerias, iam de encontro aos interesses nacionais. A postura brasileira deveria ter um conteúdo eminentemente pragmático.

Esse pragmatismo tinha um vínculo estreito com o tradicional papel da política externa de defesa do interesse nacional, elemento que normalmente é abordado pela corrente realista das relações internacionais, a qual estabelece que o maior interesse de um Estado é se preservar

das ameaças externas, a persistência desse princípio não chega a ser uma surpresa, mas que na perspectiva da história das relações internacionais também tem sua centralidade.

De acordo com as experiências históricas, dificilmente a construção de um Estado-nação ocorre de forma silenciosa e consentida. Ela é fruto de lutas, externas e internas, e o estabelecimento de um governo reconhecidamente soberano demanda a preservação deste ao longo do tempo. De tal modo que a defesa dos interesses nacionais chega a ser uma elaboração intuitiva por parte dos agentes públicos que se tornam responsáveis pela política nacional, interna e externa.

No entanto, o caráter vago desse princípio cria brechas conceituais que são dificilmente dirimidas sem que se recorra a uma análise detida sobre cada experiência histórica que se busque observar (no nosso caso, o Brasil). Em outras palavras, cada organização social terá um diferente tipo de conceituação sobre o que é interesse nacional. Por vezes, o que é considerado interesse nacional, na verdade é interesse das elites nacionais, e isso é mais verdade quanto menos participação popular houver nessa realidade política. Por outro lado, ao tentar estabelecer quais são os interesses nacionais brasileiros, inevitavelmente lidaremos com as outras categorias principiológicas da política externa nacional.

Dentre essas categorias, cabe destaque a promoção do desenvolvimento. Esse princípio da política externa é certamente um dos mais característicos da atuação internacional brasileira, embora seu entendimento, sua elaboração e sua implementação variassem, a depender da época e dos atores envolvidos. Em comum, há a noção de que o país tem potencialidades intrínsecas, as quais não justificam sua posição inferior no cenário internacional. A função da política externa é, portanto, fazer realizar essas potencialidades e fazer que o Brasil ocupe um espaço entre as grandes nações, que é julgado como intrinsecamente seu.

Um elemento que sintetiza os princípios gestados pela Política Externa Independente, e resgatados, em um primeiro momento, pelo pragmatismo responsável de Geisel, e, em um segundo momento, pela autonomia pela diversificação de Lula, é o estreitamento da relação com a África. Como será visto em momento posterior, a política africanista de Lula pode ser considerada o desdobramento concreto do conjunto de ideias que ele organizou em torno da temática da fome, como a solidariedade dos países periféricos, a promoção da redução das desigualdades internacionais e o fortalecimento dos espaços multilaterais representativos da multipolarização crescente do cenário internacional. A seguir, alguns pontos importantes sobre a política atlântica brasileira:

a) *O Atlântico Sul como “espaço de paz e cooperação”*: Ao nos determos, ainda que de forma breve, sobre a história da política externa brasileira desde a independência, salta de imediato aos olhos a importância dada pelas elites decisórias nacionais às relações do país com o seu entorno imediato, a América do Sul (em especial, a região do Prata). Muito esforço político-diplomático fora dispendido na obra de consolidação das fronteiras nacionais e na busca de relações no mínimo cordiais com os vizinhos (em especial, a Argentina), em um processo que avançou por todo o século XIX e adentrou o século XX, formalmente encerrado na gestão do chanceler Rio Branco (1902-1912), com a resolução pacífica das últimas questões de limites que restavam ao país (Cervo, 2008).

De fato, o estabelecimento de fronteiras terrestres provoca o imaginário coletivo de uma maneira bastante peculiar. É por esse traçado que são estabelecidos os limites entre “nós” e “eles”, que podem ao mesmo tempo suscitar aproximações quanto afastamentos. De qualquer maneira, de forma intuitiva, ainda que de forma errônea, há uma percepção generalizada de que a fronteira terrestre é a mais propícia ao contato com o outro. Nada mais longe da verdade. A História da formação brasileira mostra-nos que os caminhos marítimos foram muito mais dinâmicos do que os terrestres, e possibilitaram uma rede de contatos muito mais sólida (Fausto, 2012). É essa dinâmica que consolidou a formação da fronteira oriental brasileira: o Atlântico Sul e a porção ocidental da África.

A fronteira oriental não seguiu o mesmo caminho de sua contraparte ocidental. Os conflitos e aproximações foram ditadas por uma outra lógica, dotada de significados mais complexos e profundos na História. Desde muito cedo, esse espaço contribuiu para o estabelecimento da empresa colonial portuguesa, que posteriormente viria a ser o Brasil. Foi a porta de entrada pela qual o português entrou no novo mundo, trazendo consigo não somente a bagagem cultural gestada na Europa, mas também a bagagem originária da outra margem do atlântico, o continente africano.

Mesmo antes de Cabral, as relações dos portugueses com a África eram bastante significativas, com um sistema de trocas econômicas e culturais que datam do início do século XV. Em outras palavras, o Atlântico sul passa a ser um espaço de trocas de valores – econômicos e culturais – entre as duas margens do Atlântico, intermediadas pelo império colonial português (Saraiva, 2012).

As trocas culturais não se resumem a um conjunto harmônico de troca de experiências mútuas e horizontalizadas. Elas também são um espaço de conflito, de confronto: o português que aqui chegou tinha um objetivo próprio, de ganhos políticos e econômicos. Suas missões em direção à costa ocidental africana deslocaram uma população escravizada na ordem dos milhões

durante o período escravocrata, cujos descendentes passaram a compor no Brasil a maior população negra fora da África (World Bank, 2011).

A África, especialmente a África ocidental, não é somente um elemento da fronteira oriental brasileira, é parte da própria constituição do Brasil, com todas as contradições históricas que uma nação criada de um iniciativa colonizadora pode carregar.

b) *O discurso culturalista: a comunidade afro-luso-brasileira*: A inegável aproximação cultural entre Brasil e África foi responsável pela gestão do primeiro leitmotiv para uma aproximação política, na passagem da década de 1950 para 1960, quando eclodiram os primeiros processos de independência no continente africano: esse era o discurso culturalista.

O histórico de relações entre Brasil e África antes do processo de descolonização – e depois do fim do tráfico de escravos – configurou-se em um grande silêncio (Saraiva, 1996), que somente foi interrompido, de modo seletivo, com o estabelecimento de relações com a União Sul-Africana durante a Segunda Guerra Mundial. Essa relação viria a causar grandes transtornos para o Brasil, face os países africanos que estavam de descolonizando, tendo em vista a África do Sul ser governada por uma elite branca segregacionista. O mesmo desconforto o Brasil irá enfrentar com suas relações com Portugal (Penna Filho, 2008). No mais, as potenciais relações com outros países africanos continuavam inertes.

Quando finalmente percebeu-se que uma postura assertiva sobre o tema era progressivamente inevitável, o Brasil o fez pelo filtro do culturalismo, que consistia em exortar os valores comuns do espaço atlântico, compartilhados historicamente e constituintes de uma comunidade afro-luso-brasileira. Essa foi a saída encontrada pelos tomadores de decisão brasileiros para conciliar uma necessária aproximação da África descolonizada com a manutenção de suas relações com Portugal, ainda uma potência colonial. Concomitantemente, o discurso culturalista visava o encobrimento dos interesses brasileiros mais prementes em uma eventual aproximação às nações recém-independentes, que eram de ordem econômica e comercial (Saraiva, 1996).

O Brasil durante o período estava em pleno processo de desenvolvimento econômico por substituição de importações, processo o qual, dentre outras condicionantes, ditava uma postura externa mais autônoma e diversificada (Malan, 1984). Ainda que os sucessivos governos que continuaram a implementar o desenvolvimentismo não negassem a matriz ocidental do Brasil, esses progressivamente – ainda que com alguns solavancos – adotaram uma postura universalista. O primeiro ensaio de autonomia externa veio propriamente no início da década de 1960, com o governo de Jânio Quadros, em um momento de grande euforia

internacional pelo número de países africanos que haviam declarado suas independências. Embora a Política Externa Independente (PEI) de Quadros tenha inovado conceitualmente, a postura política do Brasil permanecia titubeante, além de ainda manter o discurso culturalista (Penna, 2008).

Após um lapso momentâneo durante o primeiro governo militar de Castelo Branco (1964-1967), a autonomia decisória no âmbito externo, com grande inclinação para aproximação junto à África, voltou à política brasileira, em um momento considerado como a “fase de ouro” do africanismo nacional (Saraiva, 1996). Não por coincidência, o país estava justamente passando pelo período conhecido como “milagre econômico”. A própria conjuntura econômica interna demandava a expansão de mercados externos, sendo a África um potencial a ser explorado. Por esse motivo, a relação entre as duas margens ainda padecia em elementos eminentemente econômicos e comerciais (Malan, 1984).

c) A redemocratização do Brasil e o discurso da “dívida histórica”: Com o fim do regime militar, uma nova dinâmica política e social se instalou na sociedade brasileira. Grupos sociais organizados passaram a poder se manifestar livremente, e suas opiniões passaram a serem levadas em consideração de forma progressiva. Dentre esses movimentos, aqueles com fortes ligações à tradição cultural africana no Brasil também se mobilizaram em torno dos discursos e da postura oficial brasileira frente à outra margem do Atlântico (Saraiva, 1996).

De fato, com grupos sociais cada vez mais numerosos, e com representatividades cada vez mais significativas, o tradicional discurso culturalista passou a sofrer influxos de críticas cada vez mais contundentes. De início, a formulação de um espaço atlântico comum e de uma comunidade afro-luso-brasileira padece do problema de se negligenciar o elemento de violência contido na história nacional. O negro transmigrado de uma margem a outra do Atlântico Sul não viera voluntariamente, mas aprisionado, destinado ao trabalho compulsório na colônia luso-brasileira. Havia espaço de compartilhamento cultural entre as três regiões geográficas (Europa-África-América), mas esse espaço era altamente hierarquizado, com o português fazendo as vezes de condutor do processo de formação da sociedade brasileira.

Outro problema contido no discurso culturalista é o tratamento dado aos descendentes da diáspora africana no Brasil até os dias de hoje. A marca de discriminação que 300 anos de escravidão impingiram no modo de viver brasileiro é tão forte, que nem a abolição foi capaz de arrefecer. Como mencionado anteriormente, o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, e quando essa população passou a poder questionar suas condições, o discurso culturalista perdeu legitimidade. Em seu lugar, elaborou-se o discurso da dívida (Saraiva, 2012).

O discurso da dívida parte do mesmo pressuposto que o culturalismo utilizou de um passado comum e co-constitutivo entre Brasil e África Ocidental, mas o faz e modo diverso. A carga histórica entre as duas margens do Atlântico, com todas as suas contradições e vicissitudes, suscita outra ordem de valores, nas quais a formação da nação brasileira é debitária dos africanos de outrora que aqui foram explorados. Por esse débito decorrente de seu passado de escravidão, o Brasil deve se posicionar diante dos países africanos e de sua própria população afrodescendente.

d) A África renascida e o Brasil global: o governo Lula (2003-2010): Ao analisarmos o governo Lula em relação à África, toda essa conjuntura histórica vem a ser considerada. De fato, Lula foi o governante que aplicou o conceito de dívida histórica ao tratar da temática africana. Muito se deve à conjuntura internacional progressivamente favorável, com a ascensão do continente africano, que presencia um ritmo de crescimento econômico de boas perspectivas, ao passo que o Brasil, ao longo da década de 2000, torna-se um global player, cioso por uma participação mais propositiva nas diversas arenas internacionais (World Bank, 2011).

Ao mesmo tempo, ao analisarmos o processo decisório, os elementos pessoais de Lula, como antigo líder sindical, bem como a plataforma política de seu partido, o Partido dos trabalhadores (PT), devem ser considerados. Nesse contexto, os valores de justiça social e política distributiva influenciam tanto o âmbito interno quanto o âmbito externo da política brasileira. Internamente, redundando na atuação do Estado em dirimir as desigualdades históricas de renda entre as camadas sociais, em um contexto em que a distribuição étnica desequilibrada entre essas camadas é bastante acentuada. Externamente, a posição do Brasil direciona-se para o que o chanceler Celso Amorim vem a delimitar como “princípio da não-indiferença” (Seitenfus et al, 2007): a condição periférica, ainda que emergente, do Brasil não o afasta da necessidade de cooperar com outros países menos desenvolvidos, em especial os africanos.

1.3. A política externa do governo Lula

Em seu discurso de posse, no dia 01 de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva iniciou sua fala com apenas uma palavra, embora significativa: mudança (LULA, 2003). Com ela, Lula pretendeu impingir a ideia de transformação qualitativa na condução da política – interna e externa – brasileiras. No campo interno, acenava-se para o rompimento parcial com as políticas econômicas recessivas implementadas durante a década de 1990, ainda que se preservasse a política monetária baseada no câmbio flutuante, no regime de metas de inflação e no

cumprimento de metas de superávit primário, com a intenção de se demonstrar solidez e transparência nas contas públicas para os investidores nacionais e estrangeiros.

No campo externo, rejeitava-se a concepção que havia prevalecido no final da Guerra Fria, a de que o mundo que sobreveio à queda do Muro de Berlim correspondia a um sistema unipolar encabeçado pela superpotência remanescente, os Estados Unidos. Essa concepção de uma realidade contemporânea em crescente multipolaridade, ao passo que os EUA estavam em um processo de relativo declínio, sedimentou a ideia de ruptura que Lula suscitava. Em um mundo de crescente complexidade, no qual atores intermediários emergem para ocupar seu espaço nas grandes arenas internacionais, alinhamentos pré-estabelecidos com parceiros tradicionais não correspondem à melhor estratégia. Estava-se buscando, na transição de governo, a passagem da autonomia pela participação, marca do governo FHC, para a autonomia pela diversificação (VIGEVANI, CEPALUNI; 2007).

A autonomia pela participação, por sua vez, representou também um ponto de ruptura, dessa vez com o posicionamento intitulado de autonomia pela distância (VIGEVANI, CEPALUNI; 2007), a qual estipulava a defesa dos interesses nacionais diante de eventuais pressões vindas do cenário externo. Esse posicionamento, que fora fortemente implementado durante o período desenvolvimentista (CERVO, 2008) da política externa brasileira, não era mais viável no mundo pós-Guerra Fria.

Por um lado, no transcorrer dos acontecimentos da década de 1990 não havia claro discernimento sobre qual caminho o sistema internacional seria levado, havendo fortes indícios que corroboravam a ideia de unipolaridade, como a Guerra do Golfo. Aproximar-se do tradicional parceiro EUA, de forma a preservar certa margem de manobra, parecia um modo de se preservar a posição relativa do país diante de um cenário de incertezas.

Por outro lado, o fim da Guerra Fria acelerou um processo que transcorria há algum tempo, que era a formação de regimes internacionais em torno de determinados temas considerados importantes para a sociedade civil internacional, como direitos humanos e meio ambiente. Sob os auspícios da autonomia pelo isolamento, a posição brasileira diante desses temas era considerada soberanista, particularmente em se tratando do regime de exceção instalado no país, que pouco ou nenhum compromisso tinha com esses temas, em nome da segurança e do desenvolvimento nacional.

Com o processo de redemocratização transcorrido na década de 1980, interessava ao Brasil transmitir uma mensagem de “renovação de credenciais” (termo cunhado pelo diplomata Gelson Fonseca para retratar o abandono da postura soberanista do Brasil) à comunidade internacional. Sob ambos os aspectos, das constrições de um mundo em mudança e da crescente

interconexão desse mundo, a autonomia pela participação era condizente com o contexto em que se vivia no período, e sua influência não se esgotou nem quando da mudança da presidência da República nem quando da mudança do contexto internacional no século XXI (VIGEVANI, CEPALUNI; 2007).

Sob essa perspectiva, a política externa proposta por Lula, assim como a interna, corresponde a uma ruptura parcial com o seu antecessor. Essa parcialidade na mudança se deve à ausência de um retorno aos termos soberanistas existentes na autonomia pelo distanciamento, ainda que o governo Lula progressivamente demonstrasse interesse em resgatar certas premissas do período desenvolvimentista, como o papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico nacional. Ao contrário, Lula reafirmava o interesse do Brasil em participar dos mais diferentes fóruns internacionais, a respeito dos mais diversos temas.

A mudança proposta por seu governo, no entanto, estabelecia que o alinhamento junto aos EUA como forma de preservação de um espaço de manobra não correspondia à melhor estratégia. De fato, entendia-se que essa abordagem ia de encontro à participação autônoma do Brasil nos fóruns internacionais. As mudanças diagnosticadas estabeleciam que a margem de manobra era maior do que se imaginava na década de 1990, e o país deveria utilizar-se desse espaço para aproximar-se dos mais diversos atores, dos mais variados quadrantes políticos e geográficos, em especial aqueles que tenham desafios em comum com o Brasil.

Assim, a autonomia pela diversificação relaciona-se intimamente com a cooperação Sul-Sul, bandeira pela qual o governo Lula estabelece que os países periféricos devem assumir uma posição conjunta nos fóruns multilaterais, de forma a verem os seus interesses em comum defendidos. Dentre eles, o mais proeminente é a superação das assimetrias internacionais e a repartição mais equânime dos frutos da economia internacional globalizada, situação de desequilíbrio que já havia sido denunciada por FHC no final de seu mandato.

A agenda internacional brasileira, portanto, mudaria seu foco de prioridades em relação às parcerias que deveriam ser estabelecidas com outros países. A aproximação junto ao Sul não se restringiu a posicionamentos nos espaços internacionais, mas também significou a ajuda mútua entre países ou regiões, que muitas vezes não têm os recursos – financeiros e/ou humanos – necessários, mas têm a experiência comum em relação aos problemas de um país ainda em estágio de desenvolvimento inferior a dos países centrais. Além do mais, essa aproximação seguia o imperativo geográfico do contexto no qual o Brasil se localiza.

Em outras palavras, era imperioso que o país se aproximasse de seu interior geográfico, composto por países que também sofrem das mesmas mazelas decorrentes do subdesenvolvimento. Essas regiões são a América do Sul e a África Ocidental. O continente

sul-americano historicamente fez parte do grupo de interesses da política externa brasileira, e uma aproximação mais consistente já fazia ocorrer desde a década de 1980, com intensificação na década de 1990 e a criação do Mercosul.

A (re)aproximação com a África é o elemento que se pode imputar como novo na proposta do governo Lula. Após uma década de reajustes, que relegaram o continente africano a uma relação seletiva por parte do Brasil (SARAIVA, 1996), o Brasil volta-se para a outra margem do Atlântico, em um movimento que resume de forma contundente as mudanças na política externa a partir de 2003.

Como região periferizada, resultante de um processo de descolonização muito recente, a África não partilha de forma igualitária dos resultados da globalização, tornando-a uma região componente do “Sul”, para o qual o Brasil se propunha se voltar. Ao mesmo tempo, a África de uma maneira geral iniciava um processo de recuperação econômica, após uma década de graves crises humanitárias, que encontra paralelo somente nas grandes nações emergentes do Extremo Oriente.

Ao mesmo tempo, a África é uma região geocultural que guarda raízes comuns com o Brasil, devido ao fluxo de escravos em mais de três quintos da História nacional, o qual foi de fundamental importância para a formação da nação brasileira. A proximidade, no entanto, não se resume ao passado comum. Uma série de problemas de ordem social e econômica podem ser encontrados nos dois lados do Atlântico. Algumas decorrem de problemas congênitos de duas regiões que mantêm, em pleno século XXI, seríssimas desestruturas, sendo a fome a mais emblemática de todas. Outros problemas decorrem da ascensão econômica de certos países, que acarreta uma situação dúbia em que uma mesma economia apresenta níveis de crescimento invejáveis, mas ao mesmo tempo sofre com problemas de infraestrutura e falta de qualificação dos fatores de produção.

Ademais, o número de países africanos que participam de fóruns multilaterais, particularmente aqueles do sistema ONU, torna o continente um componente estratégico na governança global relacionado a temas que demandem a aquiescência de todos os membros. De fato, as eleições de José Graziano da Silva para secretário-geral da FAO e, posteriormente no governo Dilma, de Roberto Azevêdo para secretário-geral da OMC deveram-se, em grande parte, ao apoio dado pelos países africanos, bem como por outras nações emergentes.

Toda essa movimentação no sentido do mundo periférico poderia motivar algum entendimento preliminar de que o governo Lula estabeleceu uma opção clara pelo Sul em detrimento das relações tradicionais com o Norte, principalmente com os EUA. Esse entendimento não corresponde com a realidade, como demonstra o esquema elabora por

Cristina Pecequilo (2008) de eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. Esse esquema trata da mescla entre as relações Norte-Sul, na qual há uma significativa assimetria de poder entre os participantes, e as relações Sul-Sul, nas qual há um maior emparelhamento dos recursos de poder entre os dois polos.

A dinâmica das negociações do Brasil ao longo do governo Lula combina de diferentes formas esses dois eixos, a depender da demanda da ocasião. Esse conjunto de interações formam o que o então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim classificou como “coalizões de geometria variável” (AMORIM, 2010), pelos quais se formam diferentes agrupamentos de países, em torno de temas que os afetam de modos semelhantes.

Os resultados dessa estratégia manifestaram-se desde cedo no governo Lula, como demonstra a mobilização do G20 Comercial, em 2003. O grupo foi organizado no contexto da reunião ministerial da OMC em Cancún, por iniciativa de Índia e Brasil, os quais já haviam se encontrado em outra oportunidade (a reunião ampliada do G8 em Evian). Seus membros eram grandes produtores agrícolas do mundo emergente, que coordenaram suas posições na reunião de forma a barrar a imposição de pautas que atentassem contra seus interesses, ou não tivessem sua participação efetiva na elaboração. Mais especificamente, conseguiram impedir a ampliação de concessões dos países de menor desenvolvimento relativo sem contrapartida no mercado agrícola (PECEQUILO, 2008).

Cancún foi a demonstração de que, seguindo a iniciativa do presidente Lula, os países em desenvolvimento não aceitariam mais espaços multilaterais que não correspondessem, em termos de processo de decisão, com as dimensões do mundo emergente em um mundo progressivamente multipolar. Também demonstrou que o interesse do Brasil em se aproximar de grandes países emergentes não era fortuito, como comprovou a formação do Fórum IBAS de Diálogo, anterior mesmo ao G20 mas fundamental para sua composição.

A movimentação externa do Brasil com o governo Lula, no entanto, não se restringiu a posições de resistência diante dos países desenvolvidos. Em outras arenas, o eixo vertical foi de fundamental importância, e não há iniciativa mais emblemática que a formação do G4, grupo de Brasil, Índia, Alemanha e Japão – todos pretendentes de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas – em prol de uma ampla reforma das Nações Unidas. O agrupamento baseava-se na ideia de que a estrutura das Nações Unidas corresponde a uma ordem internacional – a do final da Segunda Guerra – que não mais existe, demandando a ampliação dos espaços decisórios, em prol de uma maior representatividade da principal instituição internacional existente.

Para além dos fóruns multilaterais, o governo brasileiro na era Lula estabeleceu diálogos bilaterais ou birregionais também dos mais diversos quadrantes, com especial destaque à aproximação junto à China, um aprofundamento consistente das relações com os EUA e o estabelecimento de uma agenda de negociação com a União Europeia, todos grandes atores do mundo globalizado do início do século XXI, sejam do mundo tradicional, sejam do emergente.

Em contrapartida – ou, mais precisamente, em reforço a essa crescente diversificação da pauta externa brasileira – uma série de espaços com nações em desenvolvimento ou de menor desenvolvimento relativo foram estabelecidas, com destaque para as arenas birregionais AFRAS, ASPA e a progressiva institucionalização da Unasul e da CELAC. Todas essas iniciativas seguem o propósito de maior concertação de interesses entre os países em desenvolvimento, para aumentar sua representatividade nas arenas multilaterais, bem como para o enfrentamento de desafios comuns.

O rompimento relativo do governo Lula com a política externa de FHC, devido ao maior engajamento do Brasil nas discussões internacionais, também representa, como visto, um resgate de tradições sedimentadas na política externa brasileira há muitos anos. O perfil histórico da inserção internacional do Brasil segue as premissas de um país pacífico, que se propõe a respeitar o direito internacional, que prefere que soluções diplomáticas sejam sempre o caminho prioritário para a solução de conflitos e, acima de tudo, opera sob o signo do pragmatismo (AMORIM, 2010).

Muito dessa discussão já fora antecipada em capítulo anterior. À guisa de conclusão, apenas reafirma-se que, ainda que o componente político ideológico e dos desdobramentos sociais posteriores à redemocratização conformaram a política externa de Lula (como será visto no capítulo posterior), as diretrizes nas quais o governo se baseou para empreender a inserção internacional do país remontam de uma estrutura principiológica que já é bastante consolidada na configuração do Estado nacional brasileiro, como a defesa dos interesses nacionais, a promoção do desenvolvimento econômico (e social), e a superação da condição periférica a que historicamente o país foi relegado, utilizando-se para isso a variável externa.

No capítulo seguinte, será observado que a dimensão dos conceitos de interesse nacional e de promoção do desenvolvimento sofreu uma importante ressignificação a partir das mudanças promovidas após o fim do regime militar, com a ascensão de temas de interesse de uma sociedade civil cada vez mais participativa, os quais não poderiam mais ser negligenciados. Dentre esses temas de interesse social, a questão da fome ganha fundamental proeminência, a ponto de configurar toda a estratégia de inserção internacional da Lula, principalmente em seu primeiro mandato. O fio condutor entre o que já foi exposto e o que será explanado é a ideia de

que a superação da fome e da miséria, tanto no Brasil quanto em outras regiões do mundo, passa a ser componente fundamental dos tradicionais temas do desenvolvimento nacional de da promoção de um ordem internacional mais igualitária e inclusiva.

CAPÍTULO 2 – A SEGURANÇA ALIMENTAR NA AGENDA BRASILEIRA E INTERNACIONAL

O presente capítulo destina-se a expor o desenvolvimento conceitual da segurança internacional tanto em âmbito interno quanto em âmbito internacional. O propósito desse levantamento é esclarecer quais foram as premissas que influenciaram as diretrizes do governo Lula, a partir do momento em que ele escolheu o combate à fome e à pobreza como a principal bandeira da política interna e externa do Brasil a partir de sua assunção à presidência da República. Ainda que pareça uma pauta específica diante de outras temáticas no mínimo tão importantes quanto, o combate à fome não foi uma escolha fortuita, mas o resultado esperado de uma série de discussões, ocorridas ao longo de várias décadas antes da eleição de Lula, que envolvem uma série de temas paralelos, como segurança e desenvolvimento.

O capítulo será dividido em duas partes. A primeira parte do capítulo abordará a formação do conceito de segurança alimentar no cenário internacional, desde sua primeira formulação vinculada à soberania de um Estado em abastecer autonomamente sua população em um cenário de conflito, até seu desdobramento final, em um contexto de pós-Guerra Fria, no qual a ascensão de “novos temas” determina que os grandes problemas da agenda internacional, a fome sendo um deles, sejam abordados de forma concertada. O marco histórico para o desenvolvimento dessas discussões foi a criação da agência especializada da ONU para o tema, a FAO. Sob os auspícios dessa agência que as principais conferências sobre a problemática da fome foram realizadas, e nelas que o moderno conceito de segurança alimentar foi elaborado.

A segunda parte detalhará como a temática da fome se desdobrou no cenário brasileiro, tendo como ponto de partida os trabalhos do intelectual Josué de Castro, que ousou pensar, de maneira pioneira, o problema da falta de alimentação adequada de forma multidimensional. Sua contribuição extrapolou os limites nacionais, uma vez que o médico pernambucano veio a assumir o cargo de secretário-geral da FAO, embora o enfoque seja na contribuição para as discussões em âmbito nacional, as quais chegariam a um ponto crítico no processo de redemocratização, nas décadas de 1980 e 1990.

Por fim, haverá uma breve conclusão parcial, de forma a imbricar todo esse desenvolvimento histórico e conceitual nas diretrizes da política externa brasileira do governo Lula, objeto do próximo capítulo.

2.1. Segurança alimentar, FAO e a agenda internacional

Embora a fome seja uma calamidade que acompanha grande parte da trajetória histórica da humanidade, em geral ela era encarada como um fenômeno essencialmente natural, ocorrida de forma episódica por decorrências climáticas como seca ou alagamentos, capazes de arruinar as colheitas e sentenciar uma sociedade a um período de penúria.

Esse tipo de abordagem persistiu até meados do século XX, tanto no contexto internacional quanto no brasileiro. Ainda que se tenha fundado, em 1905, a primeira instituição internacional voltada ao tema (o Instituto Internacional de Agricultura, com sede em Roma, responsável por recolher dados estatísticos da produção de alimentos), as primeiras discussões sobre os aspectos sociais da fome surgiram apenas na década de 1940. Esses debates foram motivados pelos efeitos que a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial causaram na população civil dos diversos países, o que resultou na organização, em 1943, na Conferência de Alimentação de Hot Spring, na qual mais de 40 países participaram, e cujo maior resultado foi a criação, em 1946, da *Food and Agriculture Organisation* (FAO), órgão vinculado à recém criada Organização das Nações Unidas (ONU) (CASTRO, 2010).

Antes do desenvolvimento contemporâneo das discussões a respeito da segurança alimentar, o tema era vinculado à ideia de soberania alimentar, que consistia na capacidade de os países abastecerem sua população de forma autônoma, principalmente em períodos de guerra. De fato, a primeira vez que se utilizou o termo “segurança alimentar” foi no contexto da Primeira Guerra Mundial, no qual a (falta de) capacidade de abastecimento soberano mostrou-se uma importante vulnerabilidade. Garantir a segurança alimentar era estabelecer estoques estratégicos de alimentos, com vistas a momentos mais desafiadores durante a conflagração (HIRAI, ANJOS; 2007).

Esse entendimento estreito sobre a questão alimentar corrobora o entendimento do período tanto sobre a fome como ausência absoluta de comida quanto a segurança como uma questão eminentemente voltada para a guerra. Como será apontado posteriormente, ambos os conceitos são abordados de forma mais complexa atualmente. A verdadeira contribuição desse conceito clássico foi ter transformado pioneiramente a questão alimentar em uma questão internacional, e os desdobramentos catastróficos da Primeira e da Segunda Guerra, bem como do período de crise econômica entre elas, motivaram a criação da FAO, no contexto da formação das Nações Unidas e da crescente institucionalização do cenário internacional pós-1945.

Os primeiros esforços da FAO voltavam-se para a situação calamitosa que os países mais afetados pela guerra enfrentavam, decorrente de uma desestruturação quase completa de suas atividades produtivas no setor de alimentação, principalmente os países europeus e o Japão. Outra função da FAO era a preservação dos interesses dos consumidores diante de um cenário de flutuação dos preços dos alimentos (BRASIL, 2013).

As atividades da FAO passaram a ficar cada vez mais complexas, na medida em que os processos de descolonização tornavam o cenário internacional mais diversificado. Também diversificaram-se as agências e iniciativas vinculadas à ONU, que passaram a tratar de número crescente de temas considerados de fundamental importância para a comunidade internacional, como saúde (OMS) e educação (UNESCO), bem como para a temática da segurança alimentar, como o PMA, o Programa Mundial de Alimentos, e o FIDA, Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (BRASIL, 2013). Como será visto na seção posterior, a assunção do brasileiro Josué de Castro a secretário-geral da FAO também será importante contribuição para as discussões internacionais sobre o tema, tendo em vista a visão inovadora do médico pernambucano sobre a questão da fome.

Todos esses desdobramentos motivaram o lançamento, em 1974, da I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, sob os auspícios da FAO, em sua sede, em Roma. Foi em decorrência dos trabalhos dessa conferência que a FAO elaborou seu conceito clássico de segurança alimentar, que influenciaria os trabalhos no tema pelas décadas seguintes. Segundo esse conceito, segurança alimentar “representa um estado no qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (HIRAI, ANJOS; 2007).

Note-se a abrangência do conceito, que extrapola o conceito anterior de mero acesso quantitativo aos alimentos, enfatizando a importância de seu valor nutricional, bem como superando a ideia de que o Estado é o detentor da segurança alimentar, passando a pessoa humana a ser destinatária do conceito, algo que se desenvolverá posteriormente, na Conferência de Viena sobre os Direitos Humanos, em 1993, na qual o direito à alimentação entrará no arcabouço dos direitos humanos fundamentais (BRASIL, 2013).

Outro desenvolvimento conceitual que se seguiu após a conferência de 1974 foi a preocupação cada vez maior com a questão do acesso aos alimentos, particularmente sua produção e distribuição (HIRAI, ANJOS; 2007). De fato, com foco cada vez mais proeminente na dimensão social da questão alimentar, progressivamente dava-se atenção menos a questões técnicas e climáticas e mais a questões político-econômicas. Segundo Chonchol, “até o início

dos anos de 1980, considerava-se que os grandes déficits alimentares eram influenciados sobretudo por razões climáticas excepcionalmente negativas, e secundariamente por conflitos políticos. Nos anos de 1990, os conflitos políticos convertem-se na causa primeira da necessidade de ajuda alimentar de urgência” (2005). Outro fator apontado pelo mesmo autor é a questão da degradação do meio ambiente, resultante do aquecimento global, do desflorestamento e da redução da biodiversidade (CHONCHOL, 2005).

Essas discussões afastavam progressivamente a segurança alimentar das questões materiais, como as condições naturais para a agricultura ou o valor intrínseco dos alimentos para a alimentação humana, e a disponibilidade material dos alimentos não poderia mais ser considerada suficiente (ainda que necessária) para a segurança alimentar, sem que se garantisse o acesso desses alimentos à população em geral. Foi então que, em 1983, a FAO apresentou um novo conceito de segurança alimentar, com base em três objetivos: oferta adequada de alimentos, estabilidade da oferta e do mercado dos alimentos e segurança no acesso dos alimentos ofertados (HIRAI, ANJOS; 2007).

Dando sequência ao entendimento de que a segurança alimentar é um instituto mais complexo que a disponibilidade de alimentos, envolvendo questões nutricionais e de acesso aos alimentos, organizou-se, em 1996, a Cúpula Mundial de Alimentação, em Roma. Mais do que ampliar a conceituação de segurança alimentar, que como visto partiu da mera disponibilidade quantitativa e passou para o acesso qualitativo, a Cúpula envolveu uma série de temas que passaram a ser discutidas nesse período de transição entre o final do século XX e o início do XXI, temas os quais são comumente chamados de uma “nova agenda” para a política internacional, envolvendo questões que são de grande importância para a progressivamente desenvolvida sociedade civil internacional. Sua declaração final aponta para esse sentido:

A pobreza é uma causa importante de insegurança alimentar, e o progresso sustentável em sua erradicação é fundamental para melhorar o acesso aos alimentos. Os conflitos, o terrorismo, a corrupção e a degradação do meio ambiente contribuem também consideravelmente para a insegurança alimentar. É preciso esforçar-se para conseguir uma maior produção de alimentos, incluindo os alimentos básicos. Isso deve realizar-se no contexto da utilização sustentável dos recursos naturais, da eliminação de modelos de consumo e produção não-sustentáveis, particularmente nos países industrializados, e da estabilização no prazo mais curto possível da população mundial. Reconhecemos a contribuição fundamental das mulheres para a segurança alimentar, sobretudo nas zonas rurais dos países em desenvolvimento, e a necessidade de garantir a igualdade entre o homem e a mulher. Para reforçar a estabilidade social e contribuir na correção da excessiva taxa de migração do campo para as cidades que muitos países enfrentam, será também necessário considerar prioritária a revitalização das áreas rurais (HIRAI, ANJOS; 2007).

Como se pode perceber, pelo menos três grandes temas da agenda internacional foram entrelaçados à questão da segurança alimentar: a segurança internacional, reconhecida como a

existência de conflitos, os quais ameaçam a segurança alimentar principalmente das comunidades mais frágeis; o meio ambiente, reafirmando a ideia de se lançar padrões de consumos mais sustentáveis; a população mundial e os assentamentos humanos, e seus desdobramentos para a questão dos fluxos migratórios; e a questão de gênero, destacando o importante papel das mulheres na questão alimentar, particularmente em se tratando da agricultura familiar.

Vale destacar que grande parte desses temas levantados foram objeto de pelo menos uma grande conferência, realizada, sob os auspícios da ONU, ao longo da década de 1990: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro; a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo; e a Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, em Pequim. A abordagem multifacetada do problema da segurança alimentar corrobora a ideia de uma agenda internacional interconectada, fruto de uma progressiva interdependência completa da sociedade internacional, na qual diversos problemas de ordem global, aparentemente distintos entre si, são resultado de razões profundas maiores.

Além desse desenvolvimento conceitual a Conferência de Roma de 1996 também lançou uma agenda de compromissos comuns, assinada por 186 países, que indicava uma série iniciativas que envolvessem autoridades públicas e privadas, nacionais e internacionais, com o fito de reduzir pela metade o número de pessoas subnutridas até 2015, compromisso que posteriormente foi incorporado aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, na Declaração das Nações Unidas de 2000.

Outro ponto, particularmente importante para o presente estudo, é a vinculação definitiva, feita pela declaração, entre fome e pobreza, enterrando de vez o entendimento de que a fome é resultado de casos fortuitos, como forças da natureza e grandes calamidades como a guerra. Essa vinculação é fundamental para entender a equivalência que a política externa brasileira, a partir de Lula, faz entre combate à fome e desenvolvimento, como será visto em seção posterior.

2.2. Josué de Castro e a segurança alimentar no Brasil

As primeiras discussões travadas no Brasil em relação à segurança alimentar ocorreram em termos sanitaristas. Diversas investigações médicas a respeito da associação de doenças contraídas e a falta de alimentação adequada foram desenvolvidas ao longo da primeira metade do século XX, com destaque à obra *Inquérito sobre as condições de vida das classes operárias*

no Recife, de Josué de Castro, que, em 1932, pioneiramente associou a condição precária de vida dos trabalhadores (principalmente a falta de nutrientes) à produtividade destes. Se o marco histórico na esfera internacional foi a fundação da FAO, no Brasil esse marco foi a publicação de *Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*, de Josué de Castro. (CASTRO, 2010).

Josué de Castro nasceu em Recife, Pernambuco, em 1908. Seu pai havia fugido da grande seca de 1877, que assolou grande parte do sertão nordestino, principalmente Ceará e Paraíba, terra de onde emigrou. Após formar-se em Medicina, em 1929, Josué foi contratado por uma empresa para diagnosticar os funcionários, que eram acusados de indolência e preguiça. Seu diagnóstico não poderia ser mais claro: fome.

Comecei, também, a trabalhar numa grande fábrica e a verificar que os doentes não tinham uma doença definida, mas não podiam trabalhar. Eram acusados de preguiça. No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença desta gente é fome. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi, então, que o problema era social (MAGALHÃES, 1997).

Como se pode perceber, a temática da fome permeou a vida de Josué de Castro desde cedo. Com base nesse trabalho junto aos operários, Josué publica, em 1932, o *Inquérito*, obra seminal que pioneiramente associa a produtividade do trabalhador e sua condição de vida (principalmente alimentar), uma das bases para o posterior desenvolvimento do salário mínimo. Além dessa medida garantidora da renda do trabalhador, Josué de Castro também defendia o apoio à agricultura familiar, bem como a reforma agrária, bandeiras que levaria ao longo de sua carreira (CASTRO, 2010).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a questão do abastecimento ganhou conotações estratégicas, e o governo criou o Serviço Técnico da Alimentação Nacional (STAN), sob direção de Josué de Castro, cujas atribuições envolviam estudos e sugestões técnicas para melhorar as condições alimentares da população brasileira. Com o fim da Guerra, o interesse do governo diminuiu, mas o trabalho no tema motivou Josué de Castro, nesse período, a escrever *Geografia da Fome*.

Nesse trabalho, Josué de Castro utilizou-se dos métodos geográficos para o estudo do fenômeno da fome, pois acreditava na necessidade de uma abordagem multidisciplinar para se compreender adequadamente o problema. Defendendo a ideia de que a fome é uma resultante social, o autor aproximou-se da escola possibilista da Geografia, ou escola francesa, representada por Vidal de La Blache. Nas palavras do autor:

Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais. [...] Foi diante desta situação que resolvemos encarar o problema sob uma nova perspectiva, de um plano mais distante, donde se possa obter uma visão panorâmica de conjunto. [...] Para tal fim pretendemos lançar mão do método geográfico, no estudo da fome. [...] Não o método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica, que se corporificou dentro dos pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de la Blache, Griffith Taylor e tantos outros (CASTRO, 2011).

Josué de Castro militou a favor do tema ao longo da vida, sendo indicado duas vezes ao prêmio Nobel (Medicina e Paz), bem como tendo assumido a presidência do Conselho da FAO, honraria somente repetida por outro brasileiro em 2010, com José Graziano da Silva. Ainda assim, não escondeu seu descontentamento com a falta de desenvolvimento do tema, que pouco sensibilizou os países desenvolvidos, que identificavam a bandeira como de interesse do terceiro mundo, bem como repudiavam as soluções apresentadas (reserva alimentar de emergência, cooperação técnica e capacitação de mão de obra, reforma agrária), por considerá-las assistencialistas ou não condizentes com os princípios de uma economia de mercado (CASTRO, 2010).

O médico pernambucano denunciava a ausência do debate sobre a fome, calamidade cujos estragos “são maiores do que os das guerras e das epidemias juntas” (CASTRO, 2011). Essa falta de interesse sobre o tema, que Frei Betto posteriormente denominou “conspiração do silêncio” (CASTRO, 2010), segundo Josué de Castro, era motivada por razões econômicas de atores para os quais não interessava uma solução. Em suas palavras:

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalharam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço deste interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública (CASTRO, 2011).

O trabalho em *Geografia da fome* também foi inovador, por lançar mão de um conceito que começava a ser desenvolvido no período em que fora elaborado, a ecologia, que Josué de Castro denominava como “estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio” (CASTRO, 2011). Josué de Castro também foi pioneiro ao determinar que a fome era uma fenômeno muito mais complexo do que até então se considerava, não se restringindo apenas a ausência completa de alimentação. Ao diferenciar fome total de fome parcial, o autor desenvolveu uma discussão que a nascente ciência da Nutrição posteriormente viria a encampar: a qualidade da alimentação.

O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva. [...] Não só a fome total, [...] como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias (CASTRO, 2011).

Com base em sua experiência como médico, Josué de Castro descreve esses dois tipos de fome como dois tipos de doença que se alastram de duas formas distintas: a fome epidêmica e a fome endêmica. A primeira, pela própria terminologia, é a fome episódica, motivada por um desastre natural ou uma alteração climática imprevista, normalmente associada a regiões de grande estresse hídrico, como a região sertaneja do Nordeste brasileiro. Outras regiões com menores desafios naturais, no entanto, não escapam de sofrer as consequências do segundo tipo de fome, como Josué percebeu na úmida região da Zona da Mata nordestina, o que refuta a ideia de um determinismo geográfico. De todo modo, ambos os tipos de fome são mais fundamentalmente determinados por razões socioeconômicas do que naturais.

Josué também ocupava-se com a dimensão social da fome, afirmando que uma solução em definitivo para o problema deveria passar necessariamente por uma reestruturação completa na produção de alimentos, com uma ampla reforma agrária que fosse capaz de garantir a renda do trabalhador rural, um dos grandes impeditivos para sua segurança alimentar, antecipando uma discussão que, como visto, somente foi levada pela FAO a partir da década de 1980.

Josué de Castro prestou importante colaboração para a discussão internacional, ao assumir, por duas vezes, o mandato de secretário-geral da FAO. Isso, no entanto, não o impediu de se frustrar diante do pouco avanço que se viu no tema em âmbito internacional. Em sua saída, Josué declarou:

Na media em que assumi a condição de porta-voz do terceiro mundo, enfrentei forte oposição dos países desenvolvidos, especialmente Estados Unidos e Inglaterra, para a concretização de minhas propostas entre as quais se destacavam: a criação de uma reserva alimentar de emergência; o desenvolvimento de vários programas de cooperação técnica para melhoria e aumento da produção agrícola nos países do terceiro mundo; programas de capacitação de mão de obra; além da batalha em realizar uma verdadeira reforma agrária nas áreas mais pobres do planeta e, desta forma, poder incrementar a produção de alimentos, gerar empregos, renda e combater a fome (CASTRO, 2010).

A militância radical de Josué de Castro fez do intelectual um alvo constante de investigação por parte do governo desde a década de 1940, por suspeita de atitudes subversivas. Quando deu-se o golpe de 1964, Josué era representante do Brasil junto às Nações Unidas, o que não impediu de ter os seus direitos políticos cassados pelo governo militar, seguindo logo

depois para o exílio na França, aonde permaneceu até seu falecimento, em 1974, deixando um vasto legado no Brasil e na comunidade internacional, a respeito da problemática da fome.

Não obstante a perseguição contra Josué de Castro e outros atores políticos considerados subversivos, o regime militar não descuidou da questão da fome. De fato, assim como ocorrera com outros quadrantes da política interna e externa brasileira (e.g.: a Política Externa Brasileira), prognósticos e iniciativas promovidos por grupos combatidos pelos militares foram posteriormente encampados pelo regime, em um claro sinal de que a elite civil-militar que promovera o golpe (particularmente após 1967) desaprovava menos as ideias de desenvolvimento autônomo e superação da condição periférica e mais os atores que propugnavam essas ideias ao longo das décadas de 1950 e 1960, identificados com o socialismo soviético, em um contexto internacional de polarização.

No caso da questão alimentar, o regime reconhecia o prognóstico de que a desigualdade de renda era o principal causador da fome. No entanto, considerava que esse era um problema que deveria ser postergado indefinidamente, enquanto uma crise considerada maior (mudanças no capitalismo internacional, desemprego e inflação) precisava ser debelada. Desse modo, instituiu-se, em 1970, o INAN, Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, que estava inserido no contexto do I Plano Nacional de Desenvolvimento e envolvia “o sistema de produção e distribuição de alimentos básicos e o fornecimento de suplementação alimentar a parcelas de população de baixa renda” (HIRAI, ANJOS; 2007).

Não obstante todo o desenvolvimento até agora explanado sobre o tema, foi a partir do processo de redemocratização que se viu aplicar o conceito de segurança alimentar de forma mais abrangente, tanto por parte dos agentes públicos quanto por parte da sociedade civil que lutava pelo seu direito de participação política.

Em 1985, o Ministério da Agricultura estabeleceu uma Política Nacional de Segurança Alimentar. Ainda que a iniciativa tenha promovido poucos resultados práticos, ela previa a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que como será visto foi um importante instrumento na política alimentar do governo Lula, bem como motivou a realização, em 1986, da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição. Nessa conferência consolidaram-se as ideias de que a alimentação é um direito básico, bem como de que a produção e o acesso fazem parte da segurança alimentar (HIRAI, ANJOS; 2007), o que, como visto, é desdobramento das discussões que ocorriam na época no cenário internacional.

Na esteira do que fora discutido na Conferência de 1986, é possível observar uma participação bastante importante do Partido dos Trabalhadores, ainda como uma entidade da sociedade civil, a qual é fundamental para se avaliar as decisões políticas tomadas por Lula e

sua equipe de governo a partir do momento em que esses atores políticos assumem o poder em 2003.

Na sequência das eleições de 1989, Lula cria, em 1991, o que foi intitulado de “Governo Paralelo”, uma articulação política para acompanhamento do governo eleito de Collor, bem como para apresentação de propostas a serem implementadas por este. Por meio desse Governo Paralelo, Lula propõe uma Política de Segurança Alimentar, elaborada com base nas discussões da Conferência de 1986, a qual fora aceita, em 1993, pelo então presidente Itamar Franco, que elabora um Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria e cria o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, previsto no plano de 1985, mas nunca posto em prática. Vale ressaltar que é a partir desse momento que a campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, promovida pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, ganha proporções de mobilização nacional (HIRAI, ANJOS; 2007).

Embora de bastante impacto social, essas iniciativas não perduraram a mudança de mandato, em 1995, e as políticas supervenientes para o tema foram consideradas fragmentárias. Extinguiu-se o recém-criado CONSEA, bem como o INAN, criando-se o Programa Comunidade Solidária e o Programa Comunidade Ativa (PCA), que reduziram as políticas de segurança alimentar à distribuição de cestas básicas, até sua extinção definitiva e a transferência das famílias beneficiadas para os novos programas Bolsa-Alimentação e Bolsa-Escola. As políticas de alcance universais foram substituídas por políticas compensatórias localizadas (HIRAI, ANJOS; 2007).

2.3. Lula e a inserção da segurança alimentar na política externa

Como anteriormente abordado, o princípio da promoção do desenvolvimento é um dos mais presentes na política externa brasileira, desde suas variantes entre desenvolvimento autônomo e desenvolvimento associado, até a contraposição entre desenvolvimento com forte componente autônomo e desenvolvimento por liberalização da economia de mercado.

O ponto em comum entre essas variantes é o foco predominante na faceta econômica do desenvolvimento. Por muito tempo, foi considerado suficiente o estímulo às atividades econômicas para que a sociedade, de maneira automática atingisse o nível de bem-estar considerado necessário. Esse foi um dos grandes contrapontos nas discussões da Operação Pan-Americana. Quando Juscelino propôs o apoio dos EUA ao desenvolvimento econômico da América Latina, os EUA contra-apresentaram a necessidade de um componente social no projeto, como a valorização da democracia.

A ideia foi prontamente rechaçada, por ter sido considerada uma tentativa de ingerência nos assuntos internos dos países. Mas, a bem da verdade, enquanto a denúncia do subdesenvolvimento econômico apontava as causas da desigualdade no cenário externo, o subdesenvolvimento social apontava as causas da desigualdade no cenário interno. A promoção do desenvolvimento social somente poderia ser efetiva se se atacassem as contradições inerentes da estrutura de poder interna do Brasil (MELO, 1992).

A crescente polarização das discussões políticas no Brasil ao longo das décadas de 1950 e 1960 inviabilizavam a discussão pública do tema, e o regime militar, nas décadas de 1970 e início de 1980, encerrou os canais de debate, ao passo que o princípio do desenvolvimento permaneceu com seu enfoque econômico.

O processo de redemocratização alterou esse contexto. Diversos agentes sociais passaram a disputar espaços no debate público, de modo a influenciar as diretrizes e prioridades do novo regime que estava a se construir. Do ponto de vista interno, esse período de transição e de busca de novos paradigmas é representado pela Constituinte de 1988, na qual diversos temas de caráter social foram alçados à obrigação maior no ordenamento jurídico nacional. Do ponto de vista externo, convencionou-se chamar o processo de “renovação de credenciais”, pelo qual a política externa buscou despir-se de sua imagem soberanista perante a esfera internacional, e engajou-se em temas bastante caros à sociedade civil internacional, como direitos humanos.

É nesse contexto que os princípios da política externa brasileira do governo Lula, mais de 10 anos após a redemocratização, passou a ser elaborado. E dentre esses princípios, o resgate do componente social no princípio do desenvolvimento, que já havia dado mostras antes mesmo de 2003, seja do ponto de vista simbólico (a inclusão do termo “social”, em BNDES, durante o governo Sarney), seja do ponto de vista prático (as políticas redistributivas durante o governo FHC).

Mais do que aderir um novo componente, o governo Lula elaborou um conceito novo, com base nessas experiências pretéritas, que é o desenvolvimento social, representado pela formação de seu Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome, responsável pelas políticas redistributivas, como Fome Zero e o Bolsa Família. Esse conceito não se dissocia da questão econômica, uma vez que a maior parte das questões sociais são de cunho econômico, com destaque para a desigualdade de renda.

No entanto, sua elaboração foi importante para ressaltar que, embora tenha implicações econômicas (aumento da massa salarial e do nível de consumo), o desenvolvimento social tem uma existência principiológica autônoma, vinculada a questões de promoção dos direitos

humanos e dos valores mais caros de um Estado de bem-estar: a dignidade da pessoa humana e o respeito ao Estado democrático de Direito.

Ademais, a formação de um conceito como esse possibilita a vinculação de uma série de atividades e políticas públicas sob uma ideia em comum. E a ideia escolhida por Lula, carregada de muitos simbolismos, é o combate à fome. Combater a fome, a partir da noção de desenvolvimento social, supera a ideia de atacar pontualmente os efeitos da falta de comida, e torna-se um objetivo comum, uma ideia mestra, capaz de mobilizar as forças sociais no sentido de combater as razões profundas da miséria.

No entanto, reunir uma miríade de temas, muitos deles díspares, apesar da coesão conceitual, gera problemas de ordem prática muito difíceis de dirimir. Um dos principais é condicionar o sucesso de uma iniciativa ao sucesso de outra.

CAPÍTULO 3 – A SEGURANÇA ALIMENTAR NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010)

O capítulo final abordará o objeto principal do presente estudo: o papel reservado ao combate à fome e à pobreza na inserção internacional do Brasil durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Após um resgate histórico da formação dos conceitos em política externa, os quais são constantemente revisitados pelos governos que se sucedem no Brasil, bem como esquadriñar de que forma a segurança alimentar se estabeleceu como conceito consolidado, conseguindo projetar-se à agenda internacional, voltar-se-á à síntese entre esses dois temas, síntese a qual fora estabelecida pelo próprio presidente Lula, como será observado na seção reservada a análise de suas declarações ao longo de seus dois mandatos.

Antes dessa análise, porém, na primeira das três partes desse capítulo será levantada a justificativa para a utilização de Lula, tanto pelo recorte temporal quanto pelo agente privilegiado, como categoria de análise. A princípio, a escolha obedece à categorização consolidada, que divide a política externa brasileira conforme os sucessivos chefes de Estado, levando-se em consideração seu papel preponderante na condução das ações externas do país. Porém, um fenômeno ainda em observação, que encontra paralelo somente no seu antecessor Fernando Henrique Cardoso: a diplomacia presidencial. A primeira parte cuidará justamente desse tema.

A segunda parte tratará das declarações proferidas pelo presidente Lula a respeito da temática da segurança alimentar, bem como de outros temas correlatos em política externa, de acordo com o caráter multifacetado que o problema da fome apresenta atualmente, conforme visto no capítulo anterior. Com base no que foi explanado na primeira parte deste capítulo, essa análise dos discursos de Lula apresentará um panorama sobre o que o presidente acredita ao conduzir a política externa brasileira com base nas premissas que ele estabeleceu. Como será mostrado, as diversas declarações de Lula ao longo de oito anos de seus dois mandatos, nos mais diferentes espaços e situações, são um resgate de todo arcabouço teórico desvendado nos dois primeiros capítulos, tanto em relação aos princípios da política externa brasileira quanto da temática da segurança alimentar.

Por fim, a última parte abordará os desafios e os desencontros enfrentados pela política externa de Lula, decorrentes não somente do contexto desafiador do atual cenário internacional, mas também – e principalmente – pela complexidade de se tratar temas das mais diversas magnitudes e interesses correlatos em um mesmo arcabouço teórico. Como será mostrado, a

dificuldade prática em lidar com diversos temas de maneira conjunta, é particularmente maior no caso brasileiro, pois o país é um dos principais atores no comércio internacional de bens agrícolas, e a estrutura interna de produção no país, baseada em grandes áreas de monocultura, vão de encontro às premissas da segurança alimentar.

A constatação dessas dificuldades serve para se chegar à conclusão final desse trabalho, a qual estabelece que a forma como o governo de Luiz Inácio Lula da Silva elaborou a política externa brasileira em torno da temática da fome avançou o debate em termos conceituais, mas produziu resultados muito aquém do esperado, devido a essa incompatibilidade de interesses entre os atores envolvidos na questão da fome, no Brasil e no mundo.

3.1. Diplomacia presidencial

Antes de apresentar os temas abordados nos discursos de Lula, cabe uma explicação sobre o motivo de se buscar analisar as diretrizes da política externa brasileira entre 2003 e 2010 por meio das declarações pessoais daquele que temporariamente ocupava o cargo de chefe de Estado, e não por instrumentos outros, mais institucionalizados, como notas e declarações do Ministério das Relações Exteriores, ou qualquer outro documento de mesma natureza.

A primeira justificativa é justamente a natureza intrínseca do cargo de presidente da República no regime republicano brasileiro. Conforme determina o artigo 84, incisos VII e VIII, da Constituição da República, “compete privativamente ao Presidente da República [...] manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos” e “celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional”. Por força constitucional, portanto, o presidente da República é o principal agente público na elaboração e implementação da política externa brasileira.

Mais do que isso, mesmo antes de 1988, os chefes do Executivo exerceram significativa influência na condução da política nacional, para além do que determina as atribuições do cargo. Ainda que as instituições estabelecidas exerçam uma força de manutenção e continuidade, as mudanças presidenciais são pontos de inflexão robustos o suficiente para tornar um mandato presidencial recorte temporal de análise válido. Mesmo generalizações aparentemente justificáveis (e.g.: República Velha, Regime Militar) não resistem a análises minimamente mais detidas, que demonstrem as peculiaridades de cada mandato.

Essas explicações são necessárias, mas não suficientes, diante da singularidade da presidência de Lula. Diga-se de passagem, essa singularidade não decorre de sua reconhecida capacidade retórica, que, para algum, vem de um carisma pessoal imanente e, para outros, vem

de uma prática político-sindical que exige a capacidade de convencimento de seus interlocutores. Tampouco é reflexo da simbologia em torno do fato de um trabalhador, sem formação superior, que pioneiramente assume o mais alto cargo público do país, ainda que esses elementos sejam importantes para explicar o desenvolvimento contemporâneo dos princípios da política externa brasileira, como visto anteriormente.

A atuação internacional de Lula representa o que se convencionou chamar de “diplomacia presidencial”. Ainda não seja fácil estabelecer precisamente os limites dessa atividade (afinal de contas, toda diplomacia é, via de regra, presidencial, por este ser o chefe último em assuntos internacionais), o conceito consolidado pela literatura é aquele elaborado por Sérgio Danese, no qual o presidente extrapola suas atribuições elementares (PRETO, 2006), avança para relações mais do que protocolares com o cenário externo e assume a liderança do processo de elaboração e implementação da política externa, ainda que o corpo burocrático estabelecido não necessariamente seja preterido no processo.

Devido a essa imprecisão, é difícil apontar quais presidentes podem ser considerados como executores de uma diplomacia presidencial utilizando-se de um critério objetivo. O método utilizado por Danese é o número de viagens internacionais empreendidas pelo presidente: quanto maior o número, maior o engajamento. Ainda assim, mesmo Danese reconhece a imprecisão desse método, uma vez que, quanto mais se regride no tempo, mais difíceis são as viagens internacionais, devido ao desenvolvimento crescente dos transportes, enviesando as conclusões (os presidentes mais recentes ficam sobrerrepresentados) (Preto, 2006).

Além disso, o fenômeno da diplomacia presidencial, que não foi originado nem é exclusividade do Brasil, gerou um efeito sistêmico: a diplomacia de cúpula. No jargão diplomático, cúpula é uma reunião entre chefes de Estado, o que engendra nela um caráter de alto nível, e que possibilita o entendimento em torno de temas mais controversos, uma vez que os negociadores não estão constrictos pela estrutura burocrática (ainda que assim o estejam pela sociedade civil de seu país, a depender do grau de abertura política deste). Desse modo, a julgar pela proliferação de reuniões de cúpula nos últimos anos, uma atuação mais proeminente dos chefes do Executivo na seara internacional está tornando-se cada vez mais corriqueira.

Resta, portanto, uma conceituação mais qualitativa, analisando os efeitos que a atuação da presidência da República no cenário externo exerce sobre a realidade política e social de seu país. Em outras palavras, a presidência da República, cujos atos são acompanhados de perto pela população em geral, estará exercendo diplomacia presidencial quanto maior for a repercussão de temas internacionais nessa população. O critério baseia-se na ideia de que as

atividades de um corpo burocrático pouco ou nada chamam a atenção da opinião pública, seja por seu hermetismo, seja por sua aparente morosidade. Se essas atividades são empreendidas pela presidência, os efeitos tem outra dimensão.

Por esses critérios (bem como pelo critério objetivo), é seguro dizer que o governo Lula é exemplo de diplomacia presidencial. As discussões em torno das diretrizes de sua política externa permearam as disputas políticas internas, bem como a opinião pública como um todo.

Segundo concepção consolidada de Sérgio Danese (1999), diplomacia presidencial é aquela em que o chefe do Executivo assume uma função preponderante na formulação e implementação da política externa, afastando da diplomacia institucional ou protocolar, na qual os assuntos externos são relegados ao corpo burocrático constituído, ou à mera execução dos expedientes previstos na Constituição.

Ainda seguindo o esquema do diplomata, a diplomacia presidencial afasta-se da diplomacia tradicional no seu aspecto qualitativo. Como mencionado anteriormente, as reuniões de cúpula têm um impacto social e midiático que não encontra paralelo em outros encontros diplomáticos, devido às expectativas que se criam em torno da capacidade de os líderes chegarem a bom termo em temas mais complexos ou problemáticos. Além do mais, ainda que a atuação de um diplomata de carreira não seja plenamente destituído de conteúdo político, o que prevalece é o aspecto técnico de um funcionário, pertencente a um corpo burocrático para o qual ele deve prestar contas. O mesmo não acontece com o chefe de Estado, e, portanto, sua atuação no cenário externo chama a atenção da opinião pública para os assuntos internacionais.

Como fora pontuado em diversas partes desse trabalho, a participação (ou ausência dela) da sociedade civil nos debates em torno de questões da esfera internacional condiciona de modo irresistível a condução da política externa de um governo. O debate público fora de fundamental importância no contexto da Política Externa Brasileira de Jânio Quadros, a ponto de irremediavelmente polarizar a opinião pública na década de 1960. Do mesmo modo, a volta de setores da sociedade para o debate público no processo de redemocratização, bem como a formação de uma sociedade civil internacional cada vez mais integrada, influenciou sobremaneira a renovação de credenciais da diplomacia brasileira, a formação da autonomia pela participação de FHC, bem como a autonomia pela diversificação de Lula.

A distinção qualitativa também reside na arbitrariedade em se estabelecer o que é um gesto protocolar de um presidente e o que é um gesto ostensivamente pró-ativo. O número de viagens internacionais, como mencionado, é uma variável que perde cada vez mais força de distinção, em um contexto de uma globalização crescente. Do mesmo modo, a participação

de cúpulas, por mais que não necessariamente estejam previstas na Constituição nacional do país, pode ser considerada pela sociedade internacional uma obrigatoriedade costumeira, e por mais que a ausência do chefe de Estado prescindia de qualquer sanção, sua presença de modo algum significa uma atuação engajada no cenário externo (PRETO, 2006).

Por fim, seguindo as premissas da escola histórica das Relações Internacionais, não há porque tentar formular um arcabouço teórico que consiga comportar todas as situações, em todos os contextos, da execução da diplomacia presidencial. É preferível que se busque na experiência histórica brasileira os elementos que melhor conceituem esse fenômeno, e, nesse ínterim, as experiências relevantes foram justamente as gestões de FHC e Lula, não somente pela ostensiva participação dos dois presidentes em temas de relevância internacional, mas principalmente pelo papel que ambos reservaram na formulação da política externa. Também é relevante o fato de que é a partir da década de 1990 que o termo diplomacia presidencial é utilizado e analisado (PRETO, 2006).

Como já referenciado, a existência de um corpo burocrático consolidado como o Itamaraty torna a formulação e a implementação da política externa brasileira bastante distinta ao longo da História. Primeiro pela possibilidade da preservação de um arcabouço conceitual e principiológico diante das intempéries políticas pelas quais o país passou, resultando em um conjunto de valores que são utilizados de modo mais ou menos semelhante ao longo do tempo, como as diretrizes apontadas por Cervo (realismo, pragmatismo, jurisdicismo, pacifismo e universalismo).

Segundo pela própria dinâmica singular da condução da política externa, na qual muitas vezes estabelece um *modus operandi* no qual o Itamaraty assume o protagonismo da inserção internacional brasileira, em detrimento do chefe do Executivo.

A diplomacia presidencial atua de modo a relativizar esse monolismo do ministério, ainda que isso não signifique que ela prescindia do corpo diplomático. Tanto a diplomacia presidencial não é substituto da diplomacia tradicional (DANESE, 1999), como as experiências ocorridas no Brasil demonstram o uso ostensivo da estrutura ministerial para a atuação protagônica dos chefes do Executivo, com especial destaque para Lula.

Como fora mencionado no capítulo anterior, a atuação do Partido dos Trabalhadores nos temas que formaram a agenda nacional e internacional do Brasil na gestão de Lula antecede a eleição deste. De fato, a atuação do PT como movimento social não se restringiu às campanhas eleitorais. Ao contrário, diversas forças sociais eram mobilizadas em torno do programa político que o partido desenhava, e essa atuação ocorria tanto no âmbito nacional quanto no internacional. E é nessa arena que surge a figura de Marco Aurélio Garcia.

Marco Aurélio foi por muito tempo secretário internacional do PT, a pessoa responsável pela articulação do partido com outros atores políticos não atuantes no Brasil. Muito da visão do PT sobre o contexto internacional se deve à atuação dele, e, portanto, quando Lula se elegeu presidente, seu nome era o mais cogitado para ocupar a pasta do Ministério das Relações Exteriores.

Não foi isso que ocorreu, porém, uma vez que Lula preferiu chamar para compor o governo um diplomata de carreira, que já havia atuado como ministro, em um claro movimento de valorização do corpo diplomático: Celso Amorim. A Marco Aurélio Garcia, no entanto, não restou função menor. Ato contínuo à formação da equipe de governo, Lula cria a Secretaria para Assuntos Internacionais da Presidência da República, um órgão diretamente vinculado ao gabinete da presidência, movimento o qual demonstra o claro interesse em implementar uma atuação presidencial ostensiva nos assuntos internacionais.

A criação da secretaria poderia, a princípio, ser considerado um ato de esvaziamento do Itamaraty de suas funções precípuas, uma articulação para que um corpo diplomático reconhecidamente consolidado não interferisse na política externa de Lula. Nada próximo disso aconteceu. Ao contrário, a atuação do governo apontava cada vez mais para o fortalecimento da estrutura institucional do Itamaraty, uma posição que foi bem representada pelo aumento exponencial do número de embaixadas (especialmente em regiões em que Lula considerava o Brasil subrepresentado, como América Central e Caribe, e África Subsaariana), bem como de diplomatas de carreira, ao longo de suas duas gestões.

A institucionalização da diplomacia presidencial, por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais, gerou mais impacto no campo da formulação da política externa do que no da implementação, esta ainda bastante dependente da estrutura institucional do Itamaraty. Porém, mesmo no campo da implementação, o ministério não foi afastado, percebendo-se uma grande sintonia entre os três atores responsáveis por ela: Lula, Marco Aurélio e o ministro Celso Amorim.

3.2. Principais temas suscitados por Lula em suas declarações

Ao longo de seus oito anos como presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva proferiu diversas declarações, em diferentes espaços públicos. Essas declarações foram proferidas em eventos de diversos matizes (nada mais simboliza a variedade de eventos do que os discursos, em seu primeiro mês como presidente, no Fórum Social Mundial, a maior agremiação de movimentos sociais contrários às diretrizes do capitalismo global organizada até

então, e no Fórum Econômico Mundial, principal reunião dos grandes líderes econômicos, responsáveis por discutir as diretrizes do mesmo capitalismo global questionado pelo primeiro fórum. De fato, ao confirmar sua presença em ambos os eventos, Lula deu o primeiro sinal de sua tendência conciliatória entre duas forças antagônicas).

Embora a diversidade de contextos determine uma variação bastante grande na forma como os discursos são proferidos (em regra, quanto menos solene o evento, maior a informalidade das declarações), o que chama a atenção é a repetição constante de certos temas, considerados essenciais em seu programa político, os quais são explanados de forma a fazer que esses temas se interconectem, como se todos fossem variantes de uma problemática comum, que, no entender de Lula, é a desigualdade social, em âmbito interno e internacional.

Ao analisar esses discursos, deu-se preferência a eventos de natureza internacional, como discursos em instituições internacionais ou declarações conjuntas em visitas presidenciais. Não obstante, selecionou-se eventos da seara interna os quais tivessem ligação com a temática da segurança alimentar ou do desenvolvimento social. Naturalmente, deu-se destaque às declarações referentes à cooperação técnica com os parceiros africanos, objeto do terceiro capítulo, no qual confrontar-se-á o arcabouço conceitual com as iniciativas práticas destinadas a uma região que o próprio Lula considerou como prioritária para a política externa de seu(s) mandato(s), e que, portanto, são locais privilegiados para por em teste essas diretrizes principiológicas.

O objetivo final desse levantamento é sistematizar o conjunto de declarações presidenciais de modo a verificar a existência de coerência conceitual ao longo dos dois mandatos, de modo que seja possível esquadrihar as diretrizes da política externa de Lula por meio de suas declarações. Alguns temas parecerão a princípio desconexos com o objetivo central do trabalho, como a segurança internacional. No entanto, esses temas, conforme será verificado, foram inseridos na miríade de outros temas que, de alguma forma, foram associados ao combate à fome e à miséria, e, portanto, foram considerados importantes.

Como defendido por esse trabalho, a segurança alimentar é o conceito que abarca todos os outros temas internacionais considerados importantes por Lula, por mais que esses temas não tenham nenhuma conexão aparente com o combate à fome e à pobreza, como segurança internacional e crise energética. Na sequência, serão explanados esses temas presentes em diversas declarações, bem como a concatenação destes entre si.

Como fora estabelecido anteriormente, os conceitos e princípios da política externa brasileira são elaborados conforme decorrem as ações empreendidas pelos agentes históricos, sejam essas ações práticas, sejam ações retóricas. Os princípios de defesa do interesse nacional

e de promoção do desenvolvimento decorrem de uma nação, em termos históricos, recentemente independente, que busca se afirmar no cenário internacional de forma autônoma e superar as vicissitudes de seu passado colonial, que a impedem de tornar-se desenvolvida. Do mesmo modo, os princípios da universalização das relações externas e da valorização do multilateralismo decorrem do fato do país não ter excedentes de poder suficientes para se afirmar por si só, optando por valorizar os espaços multilaterais e as coalizões de diferentes quadrantes, do modo a não ficar dependente um apenas um grande parceiro.

Os princípios da política externa que Lula evoca em seus discursos seguem a mesma lógica. Percebe-se um amálgama de resgate de princípios historicamente consolidados, com outros que se desenvolveram ao longo das décadas posteriores ao processo de redemocratização. Um dos mais emblemáticos é a associação da variável social ao princípio do desenvolvimento.

a) *Comércio internacional (e a nova ordem internacional)*: Um dos mais presentes, e também um dos mais controversos, o conceito de comércio internacional como promotor do desenvolvimento não é nenhuma novidade na seara econômica. De fato, essa é a base tanto do liberalismo econômico quanto do liberalismo internacionalista, uma vez que estabelece que a derrubada de barreiras comerciais e a promoção dos fluxos de comércio aumentariam o nível geral de renda dos países, bem como fortaleceriam interesses comuns e a vontade de cooperação mútua, afastando a possibilidade de conflitos armados e consolidando a coesão da comunidade internacional.

O tema do comércio no discurso de Lula, por outro lado, é explanado pelos efeitos deletérios que suas distorções causam nos países dependentes da produção agrária, em sua grande maioria países periféricos. Lula afirma que os subsídios aplicados pelos países desenvolvidos distorcem os preços relativos dos alimentos, impossibilitando que nações de menor desenvolvimento relativo, menos competitivas, consigam comercializar seus produtos, regredindo sua produção agrícola ao nível da subsistência, ou tornando um país de baixa renda importador líquido de alimentos. Em outras palavras, Lula considera que os subsídios agrícolas – e, por consequência, seus executores – são um dos responsáveis pela fome no mundo.

A discussão a respeito do comércio de bens agrícolas, e suas disparidades entre países centrais e periféricos, não é nova. Data do período Juscelino a reação da diplomacia brasileira a reação contrária à formação da Comunidade Econômica Europeia, por temor de que os acordos preferenciais de antigas metrópoles com suas respectivas colônias recém-

independentes fossem estendidos aos membros da comunidade, criando desvantagens comparativas aos outros produtores agrícolas, dentre eles o Brasil.

De igual modo, nas discussões da Rodada Uruguai, que concluiu com a formação da Organização Mundial do Comércio (OMC), os países centrais estabeleceram um acordo sobre agricultura (AoA), na qual se estabelecia que as tarifas sobre o setor agrícola não seriam discutidas e estipularam uma “cláusula da paz”, pela qual estabeleciam um embargo de nove anos nos quais não se poderia acionar o mecanismo de solução pacífica de controvérsias em temas agrícolas. Os países em desenvolvimento não participaram dessas discussões.

Paralelamente, a questão do desenvolvimento agrário de países subdesenvolvidos como mecanismo de mitigação da fome também havia sido discutida, como visto na Cúpula da Alimentação de 1996. Propugnava-se a cooperação dos países desenvolvidos para o desenvolvimento técnico, bem como maior abertura no comércio internacional para os países pobres.

Lula, portanto, lidava com elementos bastante presentes na seara internacional. A grande novidade apresentada era que ele vinculava as duas questões a uma só solução. A derrubada dos subsídios agrícolas como mecanismo de redução das desigualdades internacionais e combate à fome e miséria no mundo. Em seu discurso na primeira reunião ministerial do G20 Comercial, em 2003, logo após a formação do agrupamento na Reunião Ministerial da OMC em Cancún, Lula declarou:

O G-20 conseguiu transpor para a pauta de discussões a perspectiva dos produtores competitivos do mundo em desenvolvimento e os interesses dos trabalhadores rurais que vivem da pequena agricultura e desempenham um papel social fundamental nas nossas economias. O G-20 busca uma combinação equilibrada entre a agricultura familiar e o agronegócio, entre os interesses sociais e empresariais. Para os países em desenvolvimento, equilibrar essa equação é fundamental e indispensável em qualquer discussão comercial. Precisamos de um comércio internacional verdadeiramente aberto e equilibrado. Não podemos abrir mão da promoção do desenvolvimento com justiça social. [...] *Em nome dos setores mais vulneráveis de nossas sociedades, dos que ainda passam fome em nossos países, precisamos nos unir para que as regras do comércio internacional sejam mais justas e para que nossa competitividade se traduza em benefícios reais* (Brasília, 12/12/2003. Grifo nosso).

Em sua visita a Cabo Verde, em 2004, Lula também disse:

O Brasil vem lutando, em todas as negociações comerciais de que participa, para que os benefícios do livre-comércio cheguem a todos. Sobretudo aos pequenos produtores agrícolas competitivos dos países mais pobres, prejudicados por práticas comerciais injustas e, muitas vezes, hipócritas. Não podemos permitir que populações inteiras paguem o preço dos subsídios concedidos a uma minoria rica. É inadmissível que multidões permaneçam em extrema pobreza devido às barreiras impostas pelos países desenvolvidos (Praia, 29/07/2004).

As mesmas palavras seguem Lula ao longo de seus dois mandatos. Em participação da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, em 2009, o presidente afirmou mais uma vez que “o sistema multilateral de comércio precisa livrar-se dos vergonhosos subsídios agrícolas dos países ricos. Eles sabotam a incipiente agricultura dos países mais pobres, cancelam suas esperanças de fazer dela uma ponte para o desenvolvimento (Roma, 16/11/2004).

Na maioria das vezes, Lula associa comércio justo e desenvolvimento, pauta bastante discutida, como visto. Mas como em seu governo o desenvolvimento econômico e o social estão intimamente ligados, no qual ambos somente podem ser considerados efetivos se a sociedade conseguir eliminar a pobreza extrema, depreende-se que o comércio internacional equilibrado não deve servir apenas no aumento da renda média dos países periféricos, mas também na melhor distribuição desta, por meio do apoio aos agricultores familiares, os agentes econômicos mais fragilizados.

Assimilar as duas problemáticas da produção agrícola mundial – a subnutrição endêmica e as distorções do comércio – em um mesmo conceito de superação das desigualdades internacionais é bastante vantajoso por enfatizar a interdependência complexa da esfera internacional. De fato, todas as imbricações entre dois ou mais temas propostas por Lula chegarão à mesma conclusão. A de que o mundo contemporâneo é sistematicamente imbricado, e cada ponto da agenda internacional interfere em outro ponto da agenda, entendimento já bastante consolidado nas relações internacionais.

O elemento de inovação do discurso é associar esse componente de solidariedade (as nações da sociedade internacional devem agir em conjunto em torno de um problema em comum), com um componente de interesse nacional: a promoção das exportações dos excedentes agrícolas brasileiros aos mercados dos países centrais.

No entanto, lançar mão de dois elementos díspares causa impedimentos de ordem prática, uma vez que o Brasil lança sinais díspares à comunidade internacional, bem como expõe suas próprias fragilidades internas. Por um lado, o país se apresenta como um ator solidário, preocupado com as discrepâncias do cenário internacional. Por outro, o Brasil se apresenta com a mesma postura demandante de outros tempos, na qual exige maior abertura para que suas potencialidades sejam mais bem exercidas. Esse jogo duplo corre o risco de invalidar toda a iniciativa, caso se perceba que o discurso de combate à fome é apenas um pretexto para o Brasil promover suas exportações agrícolas.

Paralelamente, o Brasil apregoa algo que custa a implementar em seu próprio território: o apoio à agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento econômico e social no meio agrário. Quando Lula fora eleito, teve-se por algum tempo expectativa (ou apreensão, a depender do ator político) se ele iria adotar uma postura confrontacionista ou conciliatória perante diversas forças sociais antagônicas, particularmente o agronegócio e os defensores da reforma agrária, uma vez que o candidato do Partido dos Trabalhadores tinha hipotecas políticas históricas a cumprir em relação às camadas populares.

O desmembramento da pasta da agricultura entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem como a formação do novo Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, mostrou não somente que a posição conciliatória prevaleceu, mas também que a questão do combate à fome iria desmembrar-se de seu componente de desenvolvimento agrário. Desse modo, Lula assumiu a complementariedade do agronegócio e da economia familiar, destinando políticas públicas diversas e de dimensões bastante díspares.

Resumindo, a solução defendida por Lula na esfera internacional de valorização da agricultura familiar como instrumento de promoção de combate à fome não encontrou respaldo na realidade brasileira, muito por decisões tomadas por sua equipe de governo. Essa discrepância instabiliza um elemento importante na política externa brasileira: a legitimidade dos pleitos. Para os apoiadores de Lula, essa postura torna a iniciativa inócua, por não atacar a questão de fundo, a concentração fundiária. Para os opositores, essa postura inviabiliza o efetivo acertamento das negociações de um tema importantíssimo para o interesse nacional nas esferas multilaterais.

b) Redução das assimetrias internacionais: Ligado ao discurso do comércio internacional injusto, está a defesa pela redução das assimetrias internacionais, que Lula identifica com o combate à fome e à pobreza. Mais do que mero desdobramento de suas declarações anteriores, essa bandeira resgata uma reivindicação que esteve bastante presente na política externa brasileira na década de 1970: o lançamento de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e inclusiva. O discurso do presidente em sua primeira participação no Fórum Econômico Mundial, em 2003, reflete essa ideia:

É absolutamente necessário reconstruir a ordem econômica mundial para atender aos anseios de milhões de pessoas que vivem à margem dos extraordinários progressos científicos e tecnológicos que um ser humano foi capaz de produzir. Não fiquem indefinidamente esperando sinais para mudarem de atitude em relação ao meu país e aos países em desenvolvimento. Os povos, como os indivíduos, precisam de oportunidades. Os países ricos de hoje só o são porque tiveram as suas

oportunidades históricas. Se querem ser coerentes com a sua experiência vitoriosa, não podem e não devem obstruir o caminho dos países em via de desenvolvimento. Ao contrário, podem e devem construir conosco uma nova agenda de desenvolvimento global compartilhado (Davos, 26/01/2003).

A proposta de Lula, de estabelecer uma parceria global de combate à fome, resgata também a ideia de que os países desenvolvidos têm um compromisso ético para com os países periféricos, na ajuda para o desenvolvimento. Quando o presidente fora chamado a participar do diálogo ampliado do G8, ainda em seu primeiro mandato, reforçou essa posição:

Necessitamos de soluções estruturais, que devem fazer parte de um conjunto de mudanças na economia mundial. Esperamos coerência de nossos parceiros mais ricos. Vejo, com preocupação, as resistências na OMC para remover subsídios bilionários, principalmente à agricultura. [...] Os que dispõem de maior capacidade podem e devem executar políticas mais solidárias e generosas em favor nas nações mais necessitadas. É isso que o Brasil está fazendo no plano regional. [...] Minha proposta - antecipada em Porto Alegre e Davos - é que seja criado um fundo mundial capaz de dar comida a quem tem fome e, ao mesmo tempo, de criar condições para acabar com as causas estruturais da fome (Evian, 01/06/2003).

A discussão prosseguiu até a abertura dos trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual o presidente reiterou o chamamento dos países, desenvolvidos e em desenvolvimento, à causa da fome. A proposta do fundo mundial contra a fome também foi reforçada. Outro ponto interessante também é o destaque à ideia de combater as causas profundas da fome, não apenas o alívio momentâneo dela, que é geralmente a natureza do auxílio dos países desenvolvidos, particularmente dos EUA por meio da USAID.

Não obstante, a ajuda direta não foi descartada. Ao contrário, o presidente Lula fez uma conclamação aos atores internacionais – públicos e privados – a intensificarem seus esforços de ajuda, em um sentido muito próximo ao espírito de mutirão que estava presente, como visto, nos primeiros desdobramentos do Programa Fome Zero, mais um indício de que a política externa do governo Lula fez um duplo movimento de assumir o seu tradicional papel de veículo para o desenvolvimento interno e, ao mesmo tempo, ser um reflexo das políticas internas de promoção do desenvolvimento econômico e social.

O chamamento de Lula conseguiu promover o agendamento de uma reunião de chefes de Estado com o secretário-geral das Nações Unidas, sob os auspícios da ONU. Participaram dessa reunião os presidentes do Chile e da França, e nessa ocasião Lula expôs sua posição a respeito das medidas que deveriam ser tomadas em favor do combate à fome e à miséria:

Essa aliança global para o combate à fome e à pobreza deve possibilitar aos países em desenvolvimento receber apoio contínuo, por meio de um comércio internacional mais livre, do alívio da dívida externa, do investimento direto, do aumento da ajuda internacional e de mecanismos alternativos de financiamento. Convidamos os líderes mundiais a unirem-se a esse esforço de

mobilização política. Convocamos os países doadores e o setor privado a contribuírem de forma substantiva para os diferentes fundos e iniciativas voltados para a erradicação da pobreza, inclusive para *um mecanismo instituído pelo Brasil, Índia e África do Sul*, com o apoio do PNUD. Decidimos estabelecer um grupo técnico para estudar as várias propostas sobre mecanismos alternativos de financiamento, tais como as *taxações sobre o comércio de armas e sobre certas movimentações financeiras*. Os recursos gerados por esses mecanismos poderiam vir a financiar a constituição de um fundo de combate à fome e à pobreza (Genebra, 30/01/2004. Grifo nosso).

Dois pontos merecem destaque. Primeiro a proposta de taxaço sobre o comércio de armas e sobre certas movimentações financeiras (que mais tarde Lula explicaria serem as movimentações em paraísos fiscais), resgatando a ideia contida na proposta da Tarifa Tobin, de taxar certos fluxos da economia internacional, considerados por parte significativa da sociedade internacional como deletérios ao bem-estar geral, e aplicar os recursos levantados para justamente reduzir as assimetrias econômicas que esses fluxos ajudam a intensificar, promovendo, desse modo, uma política redistributiva em escala global. A proposta nunca foi levada adiante, mas a ideia de que o combate às desigualdades mundiais é um compromisso de todos os atores internacionais acompanhou Lula em seus dois mandatos.

Quando lançamos o Fórum Mundial de Combate à Pobreza, em Genebra, em 2004, propugnamos uma verdadeira parceria global para mobilizar vontade política e apoio financeiro. Na última reunião do G-8 mais o G-5, em L'Áquila, demos um passo importante. Na Declaração sobre Segurança Alimentar, nos comprometemos a destinar US\$ 20 bilhões a essa causa. Mas ainda é insuficiente para enfrentar a tragédia cotidiana da fome no Planeta. Precisamos, sim, de medidas que funcionem em situações emergenciais. O mais importante, no entanto, são as soluções de longo prazo, capazes de prevenir as calamidades. É fundamental que os países desenvolvidos cumpram os compromissos assumidos e aumentem os níveis da Assistência ao Desenvolvimento (Discurso na sessão de abertura da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar. Roma, 16/11/2009).

O segundo ponto de destaque é a menço ao mecanismo elaborado em ocasião da reunião conjunta ente Brasil, Índia e África do Sul, ainda em 2003, a qual resultaria no Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza, experiência importante por vincular outra pauta muito característica do governo Lula: a cooperação Sul-Sul.

c) Cooperação Sul-Sul e defesa do multilateralismo: Como visto anteriormente, a aproximação do Brasil junto aos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, que em época pretérita eram reconhecidos no grupo do Terceiro Mundo, é uma das marcas da política externa do governo Lula, no que foi reconhecido como autonomia pela diversificação. Em um contexto de grandes transformações no cenário internacional, no qual o indicativo de uma ordem unipolar que substituísse o mundo bipolar da Guerra Fria não prosperou. Em meio à indefinição que se seguiu aos eventos posteriores ao 11 de setembro, percebeu-se a formação de uma ordem multipolar em construção.

Desde o início de seu mandato, Lula deu sinais de que interpretava o mundo sob essa ótica, a qual demandava a diversificação de parcerias em favor de países que passassem pelos mesmos desafios, ainda que isso não significasse o abandono de parceiros tradicionais do mundo desenvolvido.

Além do mais, a defesa do multilateralismo apresenta-se de forma bastante acentuada em suas declarações. Na reunião do G8 amplificado, Lula já havia dito que “o multilateralismo representa, no plano das relações internacionais, um avanço comparável ao da democracia em termos nacionais” (2003). No ano seguinte, Em sua participação na Assembleia Geral em 2004, Lula declara que “uma ordem internacional fundada no multilateralismo é a única capaz de promover a paz e o desenvolvimento sustentável das nações” (2004).

As declarações do presidente corroboram a estratégia de sua política externa de transformar os espaços multilaterais no âmbito por excelência para o processo decisório internacional, fortalecendo a ideia que o multilateralismo é a expressão jurídica da multipolaridade característica de um mundo em transformação pela ascensão dos grandes emergentes (AMORIM, 2010).

d) Segurança Internacional: A defesa de Lula pela criação ou reforma de espaços multilaterais mais representativos da nova configuração do cenário internacional teve como foco principal (mas não exclusivo) o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que é um de vários exemplos de que a questão da segurança internacional importava para a política externa de seu governo. De fato, essa temática é uma das mais tradicionais da agenda internacional, ainda que sua histórica preocupação com a ameaça de conflitos interestatais em grande escala tenha mudado significativamente para a questão dos conflitos intraestatais, particularmente daqueles considerados “Estados falidos”, bem como a ascensão das ameaças transnacionais, sendo o terrorismo o seu principal elemento.

Lula, pretendendo promover a importância da ampliação dos espaços decisórios nessa discussão, nunca se escusou de se referenciar sobre o problema. Um dos pontos de sua defesa dos espaços multilaterais mais representativos, como visto, é a possibilidade de os países emergentes contribuírem com a sua visão de mundo sobre temáticas que afetam a toda a comunidade internacional.

No caso específico da segurança, houve uma clara vinculação com a questão do desenvolvimento, e conseqüentemente com a questão do combate à fome. Em um evento paralelo à sua primeira participação na abertura dos trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas (a conferência “Combatendo o terrorismo em prol da Humanidade”), Lula declarou:

A falta de acesso a bens elementares, inclusive educação e bens culturais, corrói o tecido social e torna os indivíduos vulneráveis. Essa situação pode ter como efeito a proliferação de atividades ilícitas de natureza variada, entre as quais o crime organizado e o terrorismo. [...] O terrorismo é sintoma de mal-estar social. Apoiar valores democráticos e de respeito aos direitos humanos, e promover o desenvolvimento econômico das nações e o bem-estar social dos povos são formas de construir sociedades saudáveis, imunes ao o terrorismo (LULA, 2003).

Ainda em sua participação na Assembleia, o presidente reafirma a mesma ideia:

A paz, a segurança, o desenvolvimento e a justiça social são indissociáveis. [...] A verdadeira paz brotará da democracia, do respeito ao direito internacional, do desmantelamento dos arsenais mortíferos e, sobretudo, da erradicação definitiva da fome. [...] É hora de chamar a paz pelo seu nome próprio: JUSTIÇA SOCIAL (LULA, 2003).

De fato, reconhecendo que a temática da segurança dominava a pauta de discussões na esfera internacional, devido ao contexto da Guerra ao Terror empreendida pelos EUA em resposta ao atentado de 11 de setembro, particularmente o início da Guerra do Iraque em 2003, nas ocasiões em que participava de um evento sob os auspícios da ONU, Lula reafirmava essa vinculação entre pobreza e insegurança. No evento realizado em 2004 junto aos presidentes do Chile e da França e do secretário-geral das Nações Unidas, Lula retoma a comparação entre a Guerra ao Terror e a sua Guerra contra a Fome:

Se queremos um mundo seguro, temos que lutar por um mundo mais justo, mais equitativo. A paz, o desenvolvimento econômico e a justiça social estão intimamente relacionados. Não haverá paz sem desenvolvimento econômico. E não haverá paz nem desenvolvimento econômico sem justiça social (LULA, 2004).

O ano de 2004 é particularmente importante para o tema da segurança internacional brasileira, uma vez que foi nesse ano que iniciou-se o comando brasileiro da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). A iniciativa era uma mensagem à comunidade internacional de que o Brasil, ao mesmo tempo em que demanda uma maior abertura aos países emergentes nos fóruns decisórios, demonstra vontade de engajar-se e de comprometer-se com as obrigações decorrentes dessa maior participação. Em seu discurso para as primeiras tropas brasileiras que chegaram em Porto Príncipe, Lula afirma que o Brasil estava ali “para ajudar a reconciliação nacional do Haiti, [...] extirpar as raízes da violência, a exclusão social, a miséria e a fome. Não devemos esquecer nunca que o verdadeiro nome da paz é a justiça social” (LULA, 2004).

De fato, foi no Haiti que se desenvolveu os primeiros desdobramentos do princípio da não-indiferença, conceito que, como visto, fora elaborado pelo ministro Celso Amorim para

retratar o compromisso de que o Brasil não usaria sua condição de país periférico para ignorar a necessidade de outros países mais pobres nas questões de segurança e desenvolvimento social. Por meio desse princípio que a atuação do Brasil na MINUSTAH procurou uma abordagem multifacetada, que envolvia operações militares ostensivas, mas também iniciativas de cooperação técnica para a recuperação das estruturas – físicas e institucionais – destruídas na guerra, bem como o alívio da população principalmente do problema da segurança alimentar.

Mesmo em espaços voltados para a temática da fome, a segurança era mencionada, de forma a reforçar a ideia de que todos os grandes problemas globais são imbricados entre si. Na cerimônia de comemoração dos 60 anos da fundação da FAO, Lula declara:

A FAO nasceu no mesmo ano em que foram criadas as Nações Unidas, o que não é mera coincidência. Um mundo de paz e segurança é indissociável dos esforços para garantir o pleno acesso ao mais fundamental dos direitos humanos – o direito à alimentação. O Brasil contribuiu muito com a FAO nestes 60 anos. Josué de Castro, geógrafo e grande pensador sobre a questão da fome, teve atuação destacada como Presidente do Conselho da FAO (LULA, 2005).

Mais uma vez participando da Assembleia Geral da ONU, em 2006, Lula continua sua conclamação ao mundo sobre o combate à fome como a maior arma contra a insegurança:

Destinar recursos para a área social não é gasto. É investimento. Se fizemos tanto no Brasil, imaginem o que não poderia ser feito em escala global se o combate à fome e à pobreza fosse de fato uma prioridade da comunidade internacional. Onde existe a fome não há esperança. Há desolação e dor. A fome alimenta a violência e o fanatismo. Um mundo de famintos nunca será um lugar seguro. [...] Que não se iludam os países ricos, por mais fortes que hoje sejam: ninguém está seguro num mundo de injustiças. A guerra jamais trará a segurança. A guerra só gera monstros: o rancor, a intolerância, o fundamentalismo, a negação destrutiva das atuais hegemonias. É preciso dar aos pobres razões para viver, não para matar ou morrer. [...] Só haverá segurança no mundo se todos tiverem direito ao desenvolvimento econômico e social. O caminho da paz é o desenvolvimento compartilhado (LULA, 2006).

e) parceria com a África e discurso da dívida: Podendo ser considerada um temática síntese das declarações de Lula, a importância da África para sua política externa é representada por seu périplo anual, no qual ele veio a visitar um total de 28 países nos seus oito anos de mandato.

E em todas essas viagens, um ponto sempre estava presente: a dívida histórica do Brasil para com os países africanos, devido ao regime de escravidão que perdurou na maior parte da história nacional. Em sua primeira viagem para Angola, em 2003, Lula afirma:

Durante três séculos e meio, houve mais naus viajando de Luanda ou Benguela ao Rio de Janeiro, Salvador ou Recife do que em qualquer outra rota. Essas naus, no entanto, carregavam tristeza, violência e medo. O primeiro elo entre meu país e este Continente não foi a liberdade, mas a escravidão. Esse fato deixou cicatrizes profundas em nossas sociedades. [...] O Brasil é o país com a segunda maior população negra no mundo. Meu governo tem plena consciência da obrigação que tem o Brasil de resgatar a dívida histórica e moral para com os grupos sociais que mais sofreram e

sofrem, ainda, com a violência, a injustiça e a humilhação. Entre eles, estão os afrodescendentes (LULA, 2003)

O mesmo teor permanece em suas declarações posteriores. Na ocasião em que a Fiocruz havia se instalado em Moçambique, no ano de 2008, uma das iniciativas mais alardeadas por Lula, em matéria de Cooperação Sul-Sul para a promoção da saúde pública, o presidente mantém a temática da dívida:

O Brasil tem obrigação política, moral e ética de fazer o que está fazendo pelo continente africano. Certamente, somos os maiores devedores ao continente africano, mas, certamente, somos o país mais agradecido pelo fato de sermos do jeito que somos, de sermos negros, índios, europeus. [...] Este é um desafio que não pagará nunca a dívida que nós temos com o continente africano, mas é um desafio que nos torna mais nobres como seres humanos e como país, é um desafio que nos coloca com a consciência tranquila de que estamos fazendo o papel que está reservado ao Brasil fazer com o continente africano (LULA, 2008).

Como visto, a aproximação junto ao continente africano data da Política Externa Independente, no contexto do processo de descolonização. Mas essa iniciativa pioneira sofreu com diversas limitações decorrentes da opção na época de manter relações estreitas com parceiros tradicionais, como a Portugal colonialista, barreira que somente fora ultrapassada na política externa de Geisel, que observou que a aproximação da África era favorável aos interesses nacionais, particularmente os relacionados ao comércio exterior. Nesse meio tempo, prevaleceu a retórica favorável ao mundo recém-independente, sem muitos desdobramentos práticos.

O resgate de Lula da política africanista também tinha um componente pragmático, tanto que suas viagens à África sempre eram acompanhados de um considerável grupo de empresários. No entanto, o apelo a questões sentimentais deram outro significado simbólico às parcerias com o outro lado do Atlântico. Sob essa perspectiva, o Brasil não se aproximaria da África apenas por isso ser de seu interesse imediato (como se demonstra pelo aumento do comércio entre as regiões ao longo da década de 2000), mas também por terem as duas regiões uma história em comum, e conseqüentemente uma série de desafios em comum.

O mais referenciado, sem dúvida, foi a questão da fome. O continente africano havia virado símbolo de crise alimentar ao longo de sua história recente, e o Brasil, mesmo com todo o seu desenvolvimento econômico continua sofrendo com essa mazela. A abordagem de Lula, portanto, pautou-se na imagem de um país parceiro que sofre dos mesmos problemas africanos, e que, portanto, entendia o mal que isso significava e a urgência de se resolver esse problema. Por meio desse apelo ao vínculo histórico entre Brasil e África, Lula pretendia formar uma identidade comum no Atlântico Sul.

Essa estratégia mostrou-se bastante eficiente se se considerar o espaço internacional multilateral. Em diversas ocasiões, como visto, o apoio dos países africanos foi fundamental para que o Brasil lograsse êxito em diversas de suas pretensões. Em certo sentido, o resgate de Lula da política africanista, que desde sua era de ouro na década de 1970 (SARAIVA, 1996) não havia chegado em tamanha escala, deu uma dimensão concreta (ainda que não necessariamente efetiva na temática principal da segurança alimentar, como será visto) a seu projeto de combate à fome, o qual associava desenvolvimento nacional com solidariedade periférica, redução das assimetrias internas e externas e promoção do bem-estar das populações mais fragilidades das nações em desenvolvimento.

3.3. Desafios e impedimentos da política externa de Lula

O presente estudo buscou primeiramente resgatar o desenvolvimento do conceito de segurança alimentar, bem como demonstrar que esse tema é de suma importância para as relações internacionais, principalmente a partir da perspectiva de um país em desenvolvimento, como o Brasil, com muitos desafios ainda a serem superados.

Em seguida, explanou-se sobre o desenvolvimento contemporâneo dos conceitos e princípios da política externa brasileira após o processo de redemocratização, e o contexto no qual tanto a temática da fome quanto os dois mandatos do presidente Lula, o qual priorizou abertamente esse tema, estavam inseridos.

Por fim, o trabalho voltou-se a uma tentativa de sistematização das declarações do presidente Lula, com o fito de observar uma possível concatenação de ideias que demonstrassem sobre quais premissas principiológicas o presidente trabalhava, uma vez que essas declarações foram consideradas local privilegiado para esse tipo de investigação.

A última parte desse trabalho confrontará esses desenvolvimentos conceituais com a realidade dos fatos. De que forma o discurso do combate à fome em âmbito internacional modulou as decisões em política externa a ponto de se executar medidas práticas em prol da redução das desigualdades internacionais, tão criticadas por Lula.

O espaço de análise escolhido foi a África Subsaariana, particularmente a sua vertente ocidental atlântica e/ou lusófona. A escolha foi motivada pela posição privilegiada que a política externa de Lula, tanto pela evocação da ligação histórica comum e o apelo à dívida histórica do Brasil para com o subcontinente, quanto pela escolha dessa região, por parte do governo brasileiro, na qual a projeção internacional do país iria ser mais proeminente, ao lado do entorno sul-americano, que não será objeto de análise desse trabalho.

O objetivo dessa seção é observar de que forma os conceitos elaborados ao longo do governo Lula, os quais aproveitaram tanto o arcabouço conceitual da política externa brasileira, como os princípios da autonomia e universalização, quanto os desenvolvimentos principiológicos mais recentes, como o desenvolvimento social, resultaram em medidas práticas efetivas, e se os resultados dessas medidas corresponderam as expectativas de seus realizadores.

Se a hipótese inicial desse trabalho se provar verdadeira, serão evidenciadas as dificuldades de se aplicar uma agenda internacional tão complexa, que aborda uma miríade de elementos muitas vezes díspares entre si, particularmente no delicado campo da segurança alimentar, que envolve conceitos como direitos humanos, empoderamento de comunidades periféricas, desenvolvimento agrário e comércio internacional de bens agrícolas, principalmente em se tratando o Brasil de um grande ator internacional do setor primário.

O material utilizado será o disponibilizado pela Agência Brasileira de Cooperação, o qual reuniu as mais importantes iniciativas que o Brasil empreendeu junto ao continente africano por meio dessa agência. As iniciativas são múltiplas, envolvendo desde a cooperação técnica em capacitação de mão de obra até cooperação em segurança pública. O enfoque será, no entanto, nas medidas relacionadas à segurança alimentar, ainda que de forma indireta, como os casos do desenvolvimento da cultura do algodão, que não necessariamente são bens alimentares, mas estão vinculados ao desenvolvimento da renda do trabalhador agrícola, uma das variáveis apontadas como fundamentais para se atacar as causas profundas da fome e da miséria.

Ainda que o assunto já tenha sido abordado na seção anterior, também serão analisados os desdobramentos práticos em nível global, para se verificar se a política externa brasileira de Lula conseguiu sensibilizar a comunidade internacional para o problema da segurança alimentar, seu intento declarado desde seu primeiro ano de mandato. O objetivo dessa análise é contextualizar as iniciativas brasileiras, os quais são o objeto principal da investigação, sob um panorama maior.

Mais uma vez comprovada a hipótese, chegaremos à conclusão de que a cooperação Sul-Sul promovida pela Brasil pode ser um relativa inovação no campo conceitual, mas esbarra em impeditivos de ordem prática, na medida em que os atores engajados (i.e. Brasil) não desfrutam dos recursos – financeiros, logísticos, humanos – para implementar de fato essa ambiciosa agenda. Em suma, as contradições internas do Brasil ainda são um bloqueio muito forte para que o país se projete no cenário internacional, mesmo em arenas consideradas seus espaços por excelência, como a cooperação em segurança alimentar.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por finalidade lançar luz sobre uma temática ainda bastante controversa da política brasileira: as políticas de desenvolvimento social do governo Lula, e suas conseqüentes projeções para o cenário externo. Poucos assuntos suscitaram paixões como as políticas compensatórias defendidas pelo Partido dos Trabalhadores, com o fito de dirimir as desigualdades sociais que o Brasil ainda sofre. Se, por um lado, há aqueles que defendem que o Estado deva assumir uma posição pró-ativa na questão do combate à fome e à miséria, por outro há aqueles que defendem que o auxílio direto do governo por meio de medidas assistencialistas não resolvem a situação de fundo.

A eleição de Lula suscita debates político-ideológicos desde a confirmação nas urnas, em 2002. Após décadas de militância nos movimentos sindicais, mobilização pela volta das eleições diretas e três candidaturas presidenciais mal-sucedidas, todas baseadas no confronto direto contra as forças políticas e as instituições internacionais consideradas a causa do atraso do Brasil, Lula decide assumir uma postura conciliatória, pela qual lutaria para compor uma solução de compromisso entre as diferentes vertentes da sociedade civil, movimento que havia sido divulgado em período de campanha, com a publicação da “Carta aos Brasileiros”. Pelo período entre as eleições e o início efetivo de seu mandato, pairava a dúvida se Lula cumpriria com essa moderação no discurso, ou se era apenas uma estratégia para a vitória.

Os anos de mandato transcorreram, e a via conciliatória mostrou-se verdadeiramente predominante. Se, por um lado, essa estratégia é um caminho bastante corriqueiro (e até mesmo, do ponto de vista institucional, desejável) em um contexto de democracia multipartidária, assentada em uma sociedade com variados grupos de interesse, por outro, Lula repetiu a história que havia acontecido com o segundo governo de Getúlio Vargas e, de certo modo, com o governo de Jânio Quadros. Ao acenar com medidas populares, para agradar os grupos de esquerda, e com medidas conservadoras, para agradar os grupos de direita, Lula desagradou ambos os lados.

O objetivo da pesquisa, no entanto, não foi adentrar nessa discussão razoavelmente polarizada e, em alguns casos críticos, imediatistas. Ao contrário, buscou-se os elementos que de fato possam perdurar no tempo, junto com outros que foram sedimentados nas práticas políticas do Brasil ao longo de sua História. Para tanto, trabalhou-se em esclarecer inicialmente quais são essas premissas históricas, que influenciaram a inserção internacional do país, mesmo

em diferentes gestões. Em outras palavras, tentou-se afastar de todo modo do canto da sereia “pela primeira vez na História deste país...”.

Para essa função foi destinado o primeiro capítulo. Após uma rápida explicação sobre as premissas conceituais e metodológicas utilizadas, estabelecidas segundo a metodologia histórica de Amado Luiz Cervo, foi apresentado brevemente o desenvolvimento dos principais conceitos e princípios da política externa brasileira desenvolvidos a partir da Política Externa Independente de Jânio Quadros. O recorte é explicado pelo relativo ineditismo da proposta de autonomia no âmbito externo, pela repercussão da PEI na opinião pública (o que chamou o debate público para as questões internacionais, algo que ocorreu – embora em contexto diverso – no novo período democrático) e pela constante referência do governo Lula às ideias constantes na política externa desse período, bem como do pragmatismo responsável de Geisel.

Ainda que esses temas tradicionais (universalização, não discriminação, aproximação do mundo periférico) tenham sido emprestados da experiência histórica por Lula, da mesma forma que se demonstrou que o rompimento com a política externa de FHC foi parcial, há que se considerar elementos inéditos na proposta do presidente, e das ideias verdadeiramente pioneiras a que coube destaque primordial foi a questão da segurança alimentar. Desde seu primeiro dia como presidente, Lula elencou o combate a fome e à pobreza como a bandeira principal de sua atuação interna e externa. Foi sobre essa importante temática que o segundo capítulo foi dedicado.

A segurança alimentar guarda sua importância para a atual política externa brasileira por dois motivos. Primeiro pela essencialidade e pela urgência do problema. O fato de o Brasil ser um dos maiores produtores agrícolas do mundo e ainda sofrer com a mazela da fome endêmica, diagnosticada por Josué de Castro há mais de meio século, demonstra os descaminhos por que o Brasil ainda passa. Não à toa que a sua superação foi vinculada por Lula ao alcance do verdadeiro desenvolvimento nacional.

O segundo motivo foi o processo de formação do tema sobre a fome nos debates públicos, que se desenvolveu no contexto da redemocratização do país e, no cenário externo, da formação de uma sociedade civil internacional progressivamente conectada, em um cenário de superação da bipolaridade com o fim da Guerra Fria. Esse processo histórico envolveu uma importante mobilização das forças sociais, dentre elas o Partido dos Trabalhadores, que estabeleceram novas pautas para temas de cunho social. Passou-se a discutir ostensivamente sobre meio ambiente, direitos humanos, redução das desigualdades e, particularmente interessante para o trabalho, a superação da fome.

Para a dinâmica da política externa brasileira, esse processo foi importante por avançar na consolidação da ideia de que os assuntos internacionais são relevantes para toda a sociedade, não se restringindo a um grupo limitado de burocratas responsáveis por sua condução. De certa forma, incluir a questão da fome nas prioridades externas do Brasil não ocorreu apenas pela posição política de Lula, mais voltada para temas sociais, mas também pelo aumento da importância da opinião pública na condução da inserção internacional e, ato contínuo, a uma relativa redução do monolitismo do Itamaraty.

Um dos instrumentos responsáveis por esse aumento da interconexão entre política externa e discussão pública foi a diplomacia presidencial, particularmente atuante no período de Lula. O engajamento pessoal do presidente na condução dos assuntos internacionais, bem como o reflexo disso em sua base política, ganha exponencial importância a partir da década de 1990, com FHC. É sobre o engajamento pessoal de Lula que o terceiro capítulo se desdobrou.

A formulação e a implementação da política externa é um processo que não repousa sobre as competências de um único agente, mesmo de grande importância, como a do chefe do Executivo em um regime presidencialista. O fenômeno da diplomacia presidencial, no entanto, amplifica a influência da posição pessoal do chefe de Estado, mesmo em um contexto de burocracia historicamente consolidada, como é o caso do Itamaraty. Investigar os posicionamentos públicos do presidente, portanto, passa a ser potencialmente interessante para melhor entender a inserção internacional como um todo.

Analisar os discursos de Lula ao longo de seus dois mandatos proporcionou uma visão ampla sobre sua perspectiva em relação aos temas internacionais. Mais especificamente, demonstrou que o presidente não abordava nenhum tema de importância na agenda internacional de forma isolada, sempre conjugando pontos distintos em torno de um elemento em comum: o combate à fome e a redução das assimetrias econômicas e sociais do mundo, considerados a verdadeira origem da instabilidade e da insegurança globais.

A segurança alimentar, portanto, não foi um dentre vários temas passíveis de serem levados ao debate. Foi o condutor pelo qual todos os temas considerados importantes foram encaminhados. Em um cenário internacional em que a questão da segurança monopolizava as discussões, diante das medidas unilaterais empreendidas pelos EUA contra o terrorismo, Lula propôs ao mundo uma guerra contra a fome, a verdadeira arma de destruição em massa. Defendia que a escassez de recursos é o verdadeiro instabilizador da sociedade internacional, no qual pessoas desamparadas ficam suscetíveis aos mais radicais discursos.

Nos grandes debates econômicos, Lula denunciava que as assimetrias no comércio internacional eram um dos responsáveis pela permanência do flagelo da fome nos países

periféricos, uma vez que a aplicação de subsídios capazes de distorcer o preço relativo dos bens agrícolas coloca as nações mais pobres e dependentes de sua produção primária em posição fragilizada. O combate à fome, para Lula, passava necessariamente pela promoção de um comércio internacional mais justo e equitativo.

E assim sucederam-se os temas importantes para o Brasil, todos sob a perspectiva do combate à fome, desde a valorização do multilateralismo como expressão jurídica de um mundo progressivamente multipolar até a aproximação dos países emergentes, em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo.

Essa conjugação de ideias, em certo sentido, tem uma explicação mais evidente. O desenvolvimento nacional, como visto, ganhou um importante componente social a partir da redemocratização, tornando a expressão desenvolvimento econômico *e social* de uso constante. Se a inserção internacional é historicamente um mecanismo para a promoção do desenvolvimento, logo o desenvolvimento social é também parte importante da política externa. Julgamos que o maior legado que o governo Lula pode deixar, em matéria de princípios de política externa que se consolidem no tempo, é a reafirmação de que o desenvolvimento não é unidimensional: ele passa pela questão econômica, mas também passa pela questão social (e pela questão ambiental, se considerarmos o tripé dos ODM).

Ao lado dessa contribuição conceitual, porém, vem também os desafios de ordem concreta, e foi com eles que encerramos os trabalhos no terceiro capítulo. O objetivo não foi fazer um levantamento quantitativo das iniciativas promovidas pelo governo Lula em nome do combate à fome nos países periféricos, mas sim uma análise qualitativa a respeito da não complementariedade de diversos pontos da estratégia de governo, sendo a mais evidente a incompatibilidade de alguns temas de interesse nacional com o compromisso desinteressado de ajuda ao próximo.

O exemplo mais emblemático foi a discussão em torno do comércio internacional de bens agrícolas. Ao mesmo tempo em que o governo acenava com uma solidariedade para com os países mais fragilizados pelos subsídios dos países desenvolvidos, o Brasil acenava com seu próprio interesse de país exportador de commodities agrícolas. A princípio, essas duas abordagens não são excludentes, não fosse a configuração interna da produção agrícola brasileira, de alta concentração fundiária.

Em última análise, muitas das iniciativas não lograram êxito simplesmente por não haver compatibilidade de interesses no âmbito interno do país, ou por não haver destinação de recursos – humanos e financeiros para sua boa execução.

A conclusão final do presente estudo aponta para o fato de que a negligência do governo Lula em realizar um dos mais importantes suportes da política de segurança alimentar, a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar, não houve o que exportar em seus projetos de cooperação, ao contrário de outras iniciativas de sucesso, como os projetos de cooperação técnica para qualificação da mão de obra ou, mais emblematicamente, a organização de uma política de desenvolvimento social baseado na transferência de renda, incorporado pelo programa Bolsa Família. Que a contribuição no campo conceitual continue a estimular o debate público, para que outras experiências possam ser tentadas de forma mais exitosa.

BIBLIOGRAFIA

1. Documentos:

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Catálogo ABC de Cooperação Técnica do Brasil para a África – 2010**. Disponível em http://www.abc.gov.br/abc_por/Conteudo/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf (acessado em 21/01/2013);

BRASIL, Lei nº 11.346/2006, de 15 de setembro de 2006. **Lei que cria o Sistema nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm (acessado em 08/12/2013);

CONSEA. **A segurança alimentar e nutricional com base no respeito à soberania alimentar e na produção do direito humano à alimentação no âmbito internacional: proposta de agenda de atuação para o CONSEA e o Governo brasileiro (2008)**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/consea/internacional/pdf/documento-final-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-no-ambito-internacional> (acessado em 15/04/2013);

CONSEA. **Considerações de segurança alimentar e nutricional nas negociações internacionais integradas pelo Brasil**. Proposta da Plenária do CONSEA à Presidência da República (2005). Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/consea/plenarias/documentos/consideracoes-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-nas-negociacoes-internacionais-integradas-pelo-brasil-05.2005> (acessado em 08/12/2013);

IPEA. **Cooperação Brasileira Para O Desenvolvimento Internacional: 2005-2009**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf (acessado em 20/03/2013);

2. Livros:

AMORIM, Celso. **Os Brics e a reorganização do mundo**. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/86355815846-artigo-do-ministro-das-relacoes-exteriores/> (acessado em 20/02/2013);

CASTRO, Ana Maria de. **Trajetória do Combate à Fome no Brasil**. *in*: Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasília: MDS Assessoria Fome Zero, 2010;

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011;

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4ª. Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz (org.). **O desafio internacional: A política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial: história e crítica.** Rio de Janeiro: Top Books, 1999.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá: Teoria das Relações Internacionais.** Brasília: Editora da UnB, 2000.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação sul-sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011;

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997;

MALAN, Pedro Sampaio. **Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-164) in Boris Fausto (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III: O Brasil Republicano. 4º vol.: Economia e Cultura, 1930-1964. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1986. pp. 51-106.**

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional.** Petrópolis/RJ, Editora Vozes: 2009.

MENEZES, Roberto Goulart; RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **A cooperação sul-sul revisitada: a política externa do governo Lula da Silva e o desenvolvimento africano.** Anais do I Circuito de Debate Acadêmico IPEA (2011). Disponível em <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area10/area10-artigo12.pdf> (acessado em 21/01/2013).

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque et alii. **As relações Brasil-África: de 1990 a 2005 in ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (orgs.). Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. Volume 1. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.**

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio.** Disponível em <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf> (acessado em 21/01/2013)

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. **Estratégias internacionais e diálogo Sul-Sul no governo Lula: alianças duradouras ou coalizões efêmeras? in VILLARES, Fábio (Org.). Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas e alianças. São Paulo: Editora Unesp: IEEI, 2006. p. 313-334.**

PAULO, Cinthia Konishi; ONUKI, Janina. **Coalizões Sul-Sul: mapeamento, tipologia e estratégias. in OLIVEIRA, Amancio; ONUKI, Janina (Org.). Coalizões Sul-Sul e as Negociações Multilaterais: os países intermediários e a coalizão IBSA. São Paulo: Mídia Alternativa Comunicação e Editora, 2007. p. 103-152.**

PELIANO, Anna Maria Medeiros. **Lições da história: avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à Fome e à pobreza no Brasil.** In: Fome Zero: Uma História Brasileira. Organizadora: Adriana Veiga Aranha. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010.

PENHA, Eli Alves da. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador: Editora UFBA, 2011.

PENNA FILHO, Pio. **O Brasil e a África do Sul: o arco atlântico da política externa brasileira (1918-2000)**. Porto Alegre : FUNAG/MRE, 2008.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Uma Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difel, 1974.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Formação da África contemporânea**. São Paulo: Atual, 1987.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O Lugar da África: A Dimensão Atlântica da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1996.

SARAIVA, José Flávio Sombra; PANTOJA, S. **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **Comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP): Solidariedade e ação política**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

SARAIVA, José Flávio Sombra; COELHO, P. M. (orgs.). **Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio**. Brasília: IBRI, 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico: Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

SARAIVA, Miriam Gomes. **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007**. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 50 N°. 2 (2007). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200004&lng=en&nrm=iso (acessado em 21/01/2013).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Graziano da. **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

THE WORLD BANK. **Bridging the Atlantic: Brazil and Sub-Saharan Africa South-South Partnering for Growth**. BIRD/Ipea: Washington, 2011.

3. Dissertações:

BRASIL, Pilar Figueiredo. **O Brasil e a insegurança alimentar global: forças sociais e política externa (2003-2010)**. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB, 2013.

SILVA, Alexandra de Mello e. **A política externa de JK: a Operação Pan-Americana I** Alexandra de Mello e Silva. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

PRETO, Alessandra Falcão. **O conceito de diplomacia presidencial: o papel da presidência da República na formulação de política externa.** Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2006.

RAMOS, Bárbara Oliveira. **A cooperação internacional e os debates teóricos: um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil.** Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2006.

4. Artigos:

ALBUQUERQUE, Felipe Leal Ribeiro de. **Cooperação em segurança alimentar como instrumento de política externa brasileira (2003-2010).** 1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais (2012). Disponível em: http://www.seminariopos2012.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=800 (acessado em 08/12/2013);

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma nova arquitetura diplomática?** Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003/2006). Revista Brasileira de Política Internacional, 49 (1), 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000100005&lng=en (acessado em 15/04/2013);

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula.** Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. Nº. 01 (2004). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292004000100008&script=sci_arttext (acessado em 21/01/2013);

AMORIM, Celso. **Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview.** Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 53 N. spe (dec). Brasília: 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920100003&lng=en&nrm=isso (acessado em 15/04/2013).

BERNAL-MEZA, Raúl. **International thought in the Lula era.** Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 53 N. spe (dec). Brasília: 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920100003&lng=en&nrm=isso (acessado em 15/04/2013).

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. **An assessment of the Lula era.** Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 53 N. spe (dec). Brasília: 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920100003&lng=en&nrm=isso acessado em 15/04/2013).

CERVO, Amado Luiz. **Brazil's rise on the international scene: Brazil and the World.** Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 53 N. spe (dec). Brasília: 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920100003&lng=en&nrm=isso acessado em 15/04/2013).

CERVO, Amado Luiz. **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático.** Revista Brasileira de Política Internacional [online]. Volume 46, número 2, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso (acessado em 15/04/2013);

CHONCHOL, Jacques. **A soberania alimentar**. Revista Estudos Avançados. V. 19, n. 55, set/dez. São Paulo: 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/02.pdf> (acessado em 03/12/2013);

DÖPCKE, Wolfgang. **Um Plano Marshall para a África?** A NEPAD na reunião do G8. Boletim Meridiano 47, Vol. 3, No 23-24 (2002). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/4541> (acessado em 15/04/2013);

DÖPCKE, Wolfgang. **Há salvação para a África?** Thabo Mbeki e seu New Partnership for African development. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 45, N. 1 (jan/jun). Brasília: 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100006&lng=en&nrm=isso (acessado em 15/04/2013);

DÖPCKE, Wolfgang. **Lula na África:** a política africana e a cooperação sul-sul. Boletim Meridiano 47, Vol. 4, No 38-39 (2003). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/4280> (acessado em 15/04/2013);

DUARTE, Paulo. **O Caminho para o El Dorado:** a China descobre África. Boletim Meridiano 47, Vol. 13, No 131 (2012). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/6533> (acessado em 15/04/2013);

HIRAI, Wanda; ANJOS, Flávio Sacco. **Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil**. Revista Textos & Contextos. V. 6, n. 2, jul/dez. Porto Alegre: 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2322/3251> (acessado em 03/12/2013);

LESSA, Antônio Carlos. Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010). Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 53 N. spe (dec). Brasília: 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920100003&lng=en&nrm=isso acessado em 15/04/2013).

LESSA, Antônio Carlos. **O primeiro ano da política externa do governo Lula:** renovação ou continuidade? Boletim Meridiano 47, Vol. 4, No 40-41 (2003). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/4264> (acessado em 15/04/2013);

LIMA, Maria Regina Soares de. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 48, N. 1 (jan/jun). Brasília: 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002&lng=en&nrm=isso (acessado em: 15/04/2013);

MATEOS, Simone Biehler. **Ajuda ao próximo e ao distante**. Desafios do desenvolvimento. Ano 8, ed. 65. IPEA: 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2491:catid=28&Itemid=23 (acessado em 20/03/2013);

MACEDO, Emiliano Unzer. **Perspectivas democráticas na África contemporânea**. Boletim Meridiano 47, Vol. 12, No 124 (2011). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/3368> (acessado em 15/04/2013);

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. **A História em espiral:** as primeiras inflexões na Política Externa do Governo Lula. Boletim Meridiano 47, Vol. 5, No 46 (2004). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/4248> (acessado em 15/04/2013);

MENEZES, Roberto Goulart. A cooperação Sul-Sul revisitada. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA: 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area10/area10-artigo12.pdf> (acessado em 20/03/2013);

MONTE, João Bosco. **China e África:** a política de Pequim para o continente africano. Boletim Meridiano 47, Vol. 11, No 116 (2010). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/4248> (acessado em 15/04/2013);

MURAKI JUNIOR, Wilson Tadashi; LEITE, Victor de Oliveira. **Integração na África:** intenções e dificuldades em pauta. Boletim Meridiano 47, Vol. 9, No 101 (2008). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/776> (acessado em 15/04/2013);

NAZARENO, Elias. **O perdão da dívida aos países africanos e a política externa brasileira.** Boletim Meridiano 47, Vol. 5, No 50-51 (2004). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/4191> (acessado em 15/04/2013);

OLIVEIRA, Amancio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel. **Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo:** Índia, Brasil e África do Sul. Contexto Internacional. Vol. 28, N. 2. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292006000200004&lng=en&nrm=isso (acessado em 15/04/2015);

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **Alianças e coalizões internacionais do governo Lula:** o Ibas e o G-20. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 48, N. 2 (jul/dez). Brasília: 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200003&lng=en&nrm=isso (acessado em 15/04/2013);

PAUTASSO, Diego. **A África no comércio internacional do Grupo BRIC.** Boletim Meridiano 47, Vol. 11, No 120 (2010). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/661> (acessado em 15/04/2013);

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A new Strategic Dialogue:** Brazil-US relations in Lula's presidency (2003-2010). Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 53 N. spe (dec). Brasília: 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=S0034-732920100003&lng=en&nrm=isso (acessado em 15/04/2013).

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI:** os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 51, N. 2 (jul/dez). Brasília: 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200009&lng=en&nrm=isso (acessado em: 15/04/2013);

PENNA FILHO, Pio. **A África nas relações internacionais:** novas possibilidades ou nova partilha? Boletim Meridiano 47, Vol. 9, No 101 (2008). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/775> (acessado em: 15/04/2013);

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Relações entre o Brasil e a África subsaariana**. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 43, N. 1 (jan/jun). Brasília: 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7329200000100001&lng=en&nrm=isso (acessado em: 15/04/2013);

PINO, Bruno Ayllón; LEITE, Iara Costa. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Contribuições e Desafios**. Boletim Meridiano 47, Vol. 10, No 113 (2009). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/495> (acessado em: 15/04/2013);

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **Política africana do governo Lula: um ponto de inflexão (e reflexão)**. Boletim Meridiano 47, Vol. 8, N. 83 (2007). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/1140> (acessado em: 15/04/2013);

RODRIGUES, Diego de Freitas. **Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 53, N. 1 (jan/jun). Brasília: 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100003&lng=en&nrm=isso (acessado em: 15/04/2013);

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Política exterior do governo Lula: o desafio africano**. Revista Brasileira de Política Internacional, 45 (2), 2002, pp. 5-25. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200001&lng=en&nrm=isso (acessado em 15/03/2013);

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Dois anos da Política Externa de Lula**. Boletim Meridiano 47, Vol. 5, No 52-53 (2004). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/4186> (acessado em 15/04/2013);

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?** Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 51 N. 1. Brasília: 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100005&lng=en&nrm=isso (acessado em 15/04/2013);

SARAIVA, José Flávio Sombra. **The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy**. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 53 N. spe (dec). Brasília: 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920100003&lng=en&nrm=isso (acessado em 15/04/2013);

SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva; ZANELLA, Cristine Koehler; MARQUES, Pâmela Marconatto. **O Direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não-indiferença**. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 50 N.º 2 (2007). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200002 (acessado em 21/01/2013);

SILVA, André Luiz Reis da. **As transformações matriciais da Política Externa Brasileira recente (2000-2010)**. Boletim Meridiano 47, Vol. 11, No 120 (2010). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/637> (acessado em 15/04/2013);

SOUZA, Angelita Matos. **O expansionismo nos governos Lula e o BNDES.** Boletim Meridiano 47, Vol. 11, No 120 (2010). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/581> (acessado em 15/04/2013);

VIGEVANI, Tullio; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação.** Contexto Internacional. Vol. 29, Nº. 2, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=isso (acessado em 21/01/2013)

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. **Os Investimentos Brasileiros na África no Governo Lula: Um Mapa.** Boletim Meridiano 47, Vol. 12, No 128 (2011). Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/4242> (acessado em 15/04/2013);

VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. **Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique:** comparação do discurso dos dois presidentes. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 54, N. 2. Brasília: 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292011000200004&lng=en&nrm=isso (acessado em: 15/04/2013);

VILLA, Rafael Antonio Duarte; VIANA, Manuela Trindade. **Security issues during Lula's administration:** from the reactive to the assertive approach. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 53 N. spe (dec). Brasília: 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920100003&lng=en&nrm=isso acessado em 15/04/2013).

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; SILVA, André Luiz Reis da. **Brazil and the economic, political, and environmental multilateralism:** the Lula years (2003-2010). Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 53 N. spe (dec). Brasília: 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920100003&lng=en&nrm=isso acessado em 15/04/2013).

5. Discursos:

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional.** Brasília, 01/01/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/01-01-2003-pronunciamento-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-solene-de-posse-no-congresso-nacional/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento institucional do programa Fome Zero.** Brasília, 30/01/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/30-01-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-institucional-do-programa-fome-zero/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília, 25/03/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/25-03-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade do 30º aniversário da Embrapa**. Brasília, 29/04/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/29-04-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-solenidade-do-30o-aniversario-da-embrapa/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sessão especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho – OIT**. Genebra, 02/06/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/02-06-2003-discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-especial-da-91a-conferencia-internacional-do-trabalho-oit/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial**. Davos, 26/01/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/26-01-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-xxxiii-forum-economico-mundial/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço de trabalho oferecido pelo Presidente da França Jacques Chirac**. Evian, 01/06/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/01-06-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-almoco-de-trabalho-oferecido-pelo-presidente-da-franca-jacques-chirac/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do encontro internacional " As Dimensões Éticas do Desenvolvimento"**. Belo Horizonte, 03/07/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/03-07-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-abertura-do-encontro-internacional-as-dimensoes-eticas-do-desenvolvimento/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU**. Nova Iorque, 23/09/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/23-09-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-58a-assembleia-geral-da-onu/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho de Relações Internacionais - Council on Foreign Relations.** Nova Iorque, 25/09/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/25-09-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-conselho-de-relacoes-internacionais-council-on-foreign-relations/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista.** São Paulo, 27/10/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/27-10-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-abertura-do-xxii-congresso-da-internacional-socialista/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Assembléia Nacional de Angola.** Luanda, 03/11/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/03-11-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-assembleia-nacional-de-angola/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido em sua homenagem pelo Presidente Thabo Mbeki.** Pretória, 07/11/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/07-11-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-jantar-oferecido-em-sua-homenagem-pelo-presidente-thabo-mbeki/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com delegações da reunião ministerial do G-20.** Brasília, 12/12/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/12-12-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-encontro-com-delegacoes-da-reuniao-ministerial-do-g-20/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Ato de Prestação de Contas do Ano de 2003.** Brasília, 18/12/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/18-12-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-ato-de-prestacao-de-contas-do-ano-de-2003/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial.** Porto Alegre, 24/01/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/24-01-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-iii-forum-social-mundial/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no seminário “Promoção de Consenso Político para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na América Latina e no Caribe”**. Brasília, 17/11/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/17-11-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-seminario-201cpromocao-de-consenso-politico-para-a-implementacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-na-america-latina-e-no-caribe201d/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Namíbia**. Windhoek, 07/11/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/07-11-2003-palavras-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-abertura-da-reuniao-ministerial-brasil-namibia/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do XVIII Encontro de Chefes de Estado e Governo do Grupo do Rio**. Cusco, 24/05/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/24-05-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-encerramento-do-xviii-encontro-de-chefes-de-estado/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Embaixada do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe**. Praia, 02/11/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/02-11-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-inauguracao-da-embaixada-do-brasil-na-republica-democratica-de-sao-tome-e-principe/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Bolsa Família de transferência de renda**. Brasília, 20/10/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/20-10-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-bolsa-familia-de-transferencia-de-renda/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita ao Centro de Estudos Brasileiros (CEB)**. Maputo, 04/11/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/04-11-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-visita-ao-centro-de-estudos-brasileiros-ceb/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de assinatura de projetos de cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e**

Alimentação – FAO. Brasília, 14/02/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/14-02-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-solenidade-de-assinatura-de-projetos-de-cooperacao-tecnica/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Palavra do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade. Nova Iorque, 22/09/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/22-09-2003-palavra-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-conferencia-combatendo-o-terrorismo-em-prol-da-humanidade/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Plano Safra para a agricultura familiar 2003/2004. Brasília, 24/06/2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/24-06-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-plano-safra-para-a-agricultura-familiar-2003-2004/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Sessão de Trabalho – “Desenvolvimento Social”, na Cúpula Extraordinária das Américas. Monterrey, 13/01/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/13-01-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-ii-sessao-de-trabalho-2013-2014-desenvolvimento-social-na-cupula-extraordinaria-das-americas/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Pólo de Biocombustíveis. Piracicaba, 16/01/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/16-01-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-polo-de-biocombustiveis/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no banquete oferecido pelo presidente da Índia. Nova Délhi, 25/01/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/25-01-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-banquete-oferecido-pelo-presidente-da-india/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da Reunião Ampliada Brasil-Índia. Nova Délhi, 25/01/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/25-01-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-abertura-da-reuniao-ampliada-brasil-india/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Encontro “Brasil-Índia – Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas e Possibilidades”**. Nova Délhi, 27/01/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/27-01-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-solenidade-de-abertura-do-encontro-201cbrasil-india-2013-desenvolvimento-sustentavel-perspectivas-e-possibilidades201d/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com lideranças empresariais indianas co-patrocinado pela Confederação das Indústrias Indianas (CII) e pela Federação das Câmaras de Comércio e Indústria Indianas-FICCI**. Nova Délhi, 27/01/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/27-01-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encontro-com-liderancas-empresariais-indianas-co-patrocinado-pela-confederacao-das-industrias-indianas-cii-e-pela-federacao-das-camaras-de-comercio-e-industria-indianas-ficci/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o presidente do Chile Ricardo Lagos, com o Presidente da França, Jacques Chirac, e com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan**. Genebra, 30/01/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/30-01-2004-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-encontro-com-o-presidente-do-chile-ricardo-lagos-com-o-presidente-da-franca-jacques-chirac-e-com-o-secretario-geral-das-nacoes-unidas-kofi-annan/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Disc. do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerim. de comemoração de um ano do Programa Fome Zero e da criação do Consea**. Brasília, 03/02/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/03-02-2004-disc.-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerim.-de-comemoracao-de-um-ano-do-programa-fome-zero-e-da-criacao-do-consea/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Expo Fome Zero 2004**. São Paulo, 10/02/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/10-02-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-inauguracao-da-expo-fome-zero-2004/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Conferência Anual da Rede Parlamentar de Países Membros do Banco Mundial**. Brasília, 16/02/ 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/16-02-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-conferencia-anual-da-rede>

parlamentar-de-paises-membros-do-banco-mundial-videoconferencia/view (Acesso em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à sede do Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho**. Campo Florido, 19/02/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/19-02-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-visita-a-sede-do-assentamento-nova-santo-inacio-ranchinho/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Olinda, 17/03/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/17-03-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-2a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de entrega do cartão Bolsa Família**. Belo Horizonte, 18/03/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/18-03-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-oficial-de-entrega-do-cartao-bolsa-familia/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura dos novos diplomatas**. Brasília, 20/04/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/20-04-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-formatura-dos-novos-diplomatas/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do restaurante Prato Cidadão**. Manaus, 22/04/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/22-04-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-inauguracao-do-restaurante-prato-cidadao/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da nova composição do Consea**. Brasília, 12/05/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/12-05-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse-da-nova-composicao-do-consea/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza**. Xangai, 26/05/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/26-05-2004-discurso-do->

presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-conferencia-do-banco-mundial-sobre-combate-a-pobreza/view (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 11ª Unctad.** São Paulo, 14/06/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/14-06-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-11a-unctad/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da mesa redonda de alto nível sobre mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento.** São Paulo, 15/06/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/15-06-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-mesa-redonda-de-alto-nivel-sobre-mecanismos-inovadores-de-financiamento-do-desenvolvimento/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com o Fórum da Sociedade Civil, na 11ª Unctad.** São Paulo, 15/06/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/15-06-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-encontro-com-o-forum-da-sociedade-civil-na-11a-unctad/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma.** São Paulo, 21/06/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/21-06-2004-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-visita-do-presidente-da-republica-da-namibia-sam-nujoma/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2004/2005.** Brasília, 28/06/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/1o-semester/28-06-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-plano-safra-da-agricultura-familiar-2004-2005/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de trabalho da 5ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, para apresentação do balanço da Presidência brasileira da CPLP, no período de julho 2002 a julho 2004.** São Tomé, 26/07/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/26-07-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-de-trabablho-da-5a-conferencia-de-chefes-de-estado/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do jantar de gala oferecido pelo presidente Omar Bongo.** Libreville, 27/07/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/27-07-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-do-jantar-de-gala-oferecido-pelo-presidente-omar-bongo/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em banquete oferecido pelo Presidente de Cabo Verde.** Cidade de Praia, 28/07/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/28-07-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-banquete-oferecido-pelo-presidente-de-cabo-verde/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene da Assembléia Nacional, por ocasião da visita oficial a Cabo Verde.** Praia, 29/07/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/29-07-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-solene-da-assembly-nacional-por-ocasio-da-visita-oficial-a-cabo-verde/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o Presidente do Haiti Boniface Alexandre.** Porto Príncipe, 18/08/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/18-08-2004-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-o-presidente-do-haiti-boniface-alexandre/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, perante a Brigada Brasil da Missão das Nações Unidas para o Haiti.** Porto Príncipe, 18/08/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/18-08-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-perante-a-brigada-brasil-da-missao-das-nacoes-unidas-para-o-haiti/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o almoço em homenagem ao presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano.** Brasília, 31/08/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/31-08-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-o-almoco-em-homenagem-ao-presidente-da-republica-de-mocambique-joaquim-chissano/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Brasil do Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano.** Brasília, 31/08/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/31-08-2004-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-visita-ao-brasil-do-presidente-de-mocambique-joaquim-chissano/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização.** Nova Iorque, 20/09/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/20-09-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-reuniao-da-comissao-mundial-sobre-a-dimensao-social-da-globalizacao/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de líderes mundiais para a “Ação contra a fome e a pobreza”, na sede da ONU.** Nova Iorque, 20/09/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/20-09-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-de-lideres-mundiais-para-a-201cacao-contra-a-fome-e-a-pobreza201d-na-sede-da-onu/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª Assembléia-Geral da ONU.** Nova Iorque, 21/09/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/21-09-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-59a-assembleia-geral-da-onu/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 5ª reunião do Consea – Gestão 2004-2005.** Brasília, 26/10/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/26-10-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-5a-reuniao-do-consea-2013-gestao-2004-2005/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato inauguração da 18ª Cúpula Presidencial do Grupo do Rio.** Rio de Janeiro, 04/11/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/04-11-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-ato-inauguracao-da-18a-cupula-presidencial-do-grupo-do-rio/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Biodiesel.** Brasília, 06/12/2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/2o-semester/06-12-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-biodiesel/view> (Acessado em: 06/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência “Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza”, no Fórum Social Mundial.** Porto Alegre, 27/01/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/27-01-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-conferencia-201cchamada-global-para-a-acao-contra-a-pobreza201d-no-forum-social-mundial/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão especial “Financiando a Guerra Contra a Fome”, do Fórum Econômico Mundial.** Davos, 29/01/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/29-01-2005-partipacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-especial-201cfinanciando-a-guerra-contra-a-fome201d-do-forum-economico-mundial/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega de cartões do programa Bolsa Família.** Guarulhos, 02/02/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/02-02-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-entrega-de-cartoes-do-programa-bolsa-familia/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da República de Camarões, Paul Biya.** Iaundê, 10/04/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/10-04-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-jantar-oferecido-pelo-presidente-da-republica-de-camaroes-paul-biya/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião ampliada com o Presidente da Nigéria, Olosegum Obasanjo.** Abuja, 11/04/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/11-04-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-reuniao-ampliada-com-o-presidente-da-nigeria-olosegum-obasanjo/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente de Gana, John Agyekum Kufuor.** Acra, 12/04/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/12-04-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-jantar-oferecido-pelo-presidente-de-gana-john-agyekum-kufuor/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião ampliada com o Presidente de Guiné-Bissau, Henrique Rosa.** Bissau, 13/04/ 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/13-04-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-ampliada-com-o-presidente-de-guine-bissau-henrique-rosa/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de jantar oferecido pelo presidente do Senegal, Abdoulaye Wade.** Dacar, 13/04/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/13-04-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-jantar-oferecido-pelo-presidente-do-senegal-abdoulaye-wade/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos, por ocasião da visita de Estado do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos.** Brasília, 03/05/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/03-05-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-assinatura-de-atos-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-de-angola-jose-eduardo-dos-santos/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido pelo Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Abdelaziz Bouteflita.** Brasília, 12/05/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/12-05-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-almoco-oferecido-pelo-presidente-da-republica-argelina-democratica-e-popular-abdelaziz-bouteflita/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido ao presidente da República do Congo, Sassou Nguesso.** Brasília, 13/06/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/13-06-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-do-almoco-oferecido-ao-presidente-da-republica-do-congo-sassou-nguessou/view> Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião entre Chefes de Estado e de Governo da África do Sul, China, Índia.** Gleneagles, 07/07/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/07-07-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-entre-chefes-de-estado-e-de-governo-da-africa-do-sul-china-india/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Colóquio “Brasil Ator Global”.** Paris, 13/07/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/13-07-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-coloquio-201cbrasil-ator-global201d/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de Estado à França, por ocasião da Data Nacional Francesa.** Paris, 15/07/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/15-07-2005-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-visita-de-estado-a-franca-por-ocasio-da-data-nacional-francesa/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura da Turma de 2002 do Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco.** Brasília, 01/09/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/01-09-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-formatura-da-turma-de-2002-do-programa-de-formacao-e-aperfeicoamento-do-instituto-rio-branco/view>

silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-formatura-da-turma-de-2002-do-programa-de-formacao-e-aperfeicoamento-do-instituto-rio-branco/view (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa, por ocasião da Conferência Latino-Americana contra a Fome Crônica no Marco das Metas do Milênio.** Cidade da Guatemala, 12/09/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/12-09-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-assinatura-de-atos-e-declaracao-a-imprensa-por-ocasio-da-conferencia-latino-americana-contra-a-fome-cronica-no-marco-das-metas-do-milenio/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de cúpula dos países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas.** Nova Iorque, 14/09/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/14-09-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-de-cupula-dos-paises-membros-do-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da Reunião de Alto Nível da Assembléia Geral das Nações Unidas (Metas do Milênio).** Nova Iorque, 14/09/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-de-abertura-da-reuniao-de-alto-nivel-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-metas-do-milenio/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de celebração do 60º aniversário da FAO.** Roma, 17/10/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/17-10-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-celebracao-do-60o-aniversario-da-fao/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Seminário Internacional Bolsa Família.** Brasília, 20/10/2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/20-10-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-abertura-do-seminario-internacional-bolsa-familia/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no World Economic Forum on Latin América.** São Paulo, 06/04/2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/1o-semester/06-04-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-world-economic-forum-on-latin-america/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva ao cumprimento da meta do Programa Bolsa Família.** Contagem, 28/06/2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/1o-semester/28-06-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-alusiva-ao-cumprimento-da-meta-do-programa-bolsa-familia/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente de Gana, John Agyekum Kufuor.** Brasília, 10/07/2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/2o-semester/10-07-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-visita-do-presidente-de-gana-john-agyekum-kufuor/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora.** Salvador, 12/07/2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/2o-semester/12-07-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-do-encerramento-da-ii-conferencia-de-intelectuais-da-africa-e-da-diaspora/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião entre os países do G-8 e os chefes de Estado e/ou de Governo da África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo.** São Petersburgo, 17/07/2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/2o-semester/17-07-2006-intervencao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-entre-os-paises-do-g-8-e-os-chefes-de-estado-e-ou-de-governo-da-africa-do-sul-brasil-china-india-mexico-e-republica-do-congo/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da I Cúpula IBAS.** Brasília, 13/09/2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/2o-semester/13-09-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-i-cupula-ibas/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).** Brasília, 15/09/2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/2o-semester/15-09-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-sancao-da-lei-que-institui-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sisan/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate Geral da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas.** Nova Iorque, 19/09/2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/2o-semester/19-09-2006>

discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-debate-geral-da-61a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/view (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da Cúpula África-América do Sul (AFRAS)**. Abuja, 30/11/2006. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/2o-semester/30-11-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-abertura-da-cupula-africa-america-do-sul-afras/view> (Acessado em: 13/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento**. Brasília, 22/01/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/1o-semester/22-01-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-de-aceleracao-do-crescimento/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em sessão plenária do Fórum de Davos sobre novas estratégias para a erradicação da fome**. Davos, 26/01/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/1o-semester/26-01-2007-palavras-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-sessao-plenaria-do-forum-de-davos-sobre-novas-estrategias-para-a-erradicacao-da-fome/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de encerramento do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina**. Santiago, 26/04/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/1o-semester/26-04-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-de-encerramento-do-forum-economico-mundial-sobre-a-america-latina/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à sede da representação da FAO para a América Latina e o Caribe**. Santiago, 26/04/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/1o-semester/26-04-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-visita-a-sede-da-representacao-da-fao-para-a-america-latina-e-o-caribe/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura dos novos diplomatas**. Brasília, 02/05/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/1o-semester/02-05-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-formatura-dos-novos-diplomatas/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos, por ocasião da visita do presidente do Senegal, Abdoulaye Wade**. Brasília, 16/05/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da->

silva/discursos/2o-mandato/2007/1o-semester/16-05-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-assinatura-de-atos-por-ocasio-da-visita-do-presidente-do-senegal-abdoulaye-wade/view (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da audiência com embaixadores africanos.** Brasília, 25/05/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/1o-semester/25-05-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-audiencia-com-embaixadores-africanos/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de Estado do Presidente do Benin, Boni Yayi.** Brasília, 15/08/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/15-08-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-do-benin-boni-yayi/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia oficial de chegada do Presidente de Moçambique, Armando Guebuza.** Brasília, 06/09/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/06-09-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cerimonia-oficial-de-chegada-do-presidente-de-mocambique-armando-guebuza/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate-Geral da 62ª Assembléia-Geral das Nações Unidas.** Nova Iorque, 25/09/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/25-09-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-debate-geral-da-62a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura do Encontro Empresarial, em Burkina Faso.** Ouagadougou, 15/10/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/15-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-abertura-do-encontro-empresarial-em-burkina-faso/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Colóquio “Democracia e Desenvolvimento na África”, em Burkina Faso.** Ouagadougou, 15/10/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/15-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-do-coloquio-201cdemocracia-e-desenvolvimento-na-africa201d-em-burkina-faso/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura do Encontro Empresarial, durante visita à República do Congo.** Brazzaville, 16/10/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/16-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-abertura-do-encontro-empresarial-durante-visita-a-republica-do-congo/view> (Acessado em: 20/05/2013);

presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/16-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-abertura-do-encontro-empresarial-durante-visita-a-republica-do-congo/view (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em sessão solene da Assembléia Nacional de Angola.** Luanda, 18/10/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/18-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-sessao-solene-da-assembleia-nacional-de-angola/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Disc. do Pres. da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de abert. do encontro bilat. com o Presid. de Angola, José Eduardo dos Santos.** Luanda, 18/10/2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/18-10-2007-disc.-do-pres.-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-solene-de-abert.-do-encontro-bilat.-com-o-presid.-de-angola-jose-eduardo-dos-santos/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 30ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe.** Brasília, 16/04/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/1o-semester/16-04-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-30a-conferencia-regional-da-fao-para-a-america-latina-e-caribe/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia em comemoração ao Dia do Diplomata.** Brasília, 29/04/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/1o-semester/29-04-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-em-comemoracao-ao-dia-do-diplomata/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Mensagem do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de encontro especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas sobre a crise alimentar.** Nova Iorque, 15/05/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/1o-semester/15-05-2008-mensagem-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-encontro-especial-do-conselho-economico-e-social-das-nacoes-unidas-sobre-a-crise-alimentar/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia.** Roma, 03/06/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/1o-semester/03-06-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-reuniao-de-alto-nivel-da-fao-sobre-seguranca-alimentar-mudancas-climaticas-e-bioenergia/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas.** Nova

Iorque, 23/09/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/23-09-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-debate-geral-da-63a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Declaração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião sobre mecanismos financeiros inovadores.** Nova Iorque, 24/09/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/24-09-2008-declaracao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-reuniao-sobre-mecanismos-financeiros-inovadores/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante jantar oferecido pelo Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza.** Maputo, 16/10/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/16-10-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-jantar-oferecido-pelo-presidente-da-republica-de-mocambique-armando-guebuza/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração de instalações da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Maputo.** Maputo, 17/10/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/17-10-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-inauguracao-de-instalacoes-da-fundacao-oswaldo-cruz-fiocruz-em-maputo/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião plenária dos Ministros da Fazenda do G-20 Financeiro.** São Paulo, 08/11/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/08-11-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-reuniao-plenaria-dos-ministros-da-fazenda-do-g-20-financeiro/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial.** Washington, 15/11/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/15-11-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cupula-sobre-mercados-financeiros-e-economia-mundial/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão plenária de encerramento da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis.** São Paulo, 21/11/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/21-11-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-plenaria-de-encerramento-da-conferencia-internacional-sobre-biocombustiveis-1/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Reunião de Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – Calc.** Costa do Sauípe, 16/12/2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/2o-semester/16-12-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-reuniao-de-cupula-da-america-latina-e-do-caribe-sobre-integracao-e-desenvolvimento-calc/view> (Acessado em: 20/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante abertura do Seminário “Brasil Parceiro Global em uma Nova Economia; Estratégias Sólidas para Momentos Desafiadores”.** Nova Iorque, 16/03/2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/1o-semester/16-03-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-abertura-do-seminario-201cbrasil-parceiro-global-em-uma-nova-economia/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão do Conselho de Direitos Humanos.** Genebra, 15/06/2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/1o-semester/15-06-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-do-conselho-de-direitos-humanos/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 13ª Assembleia da União Africana.** Sirte-Líbia, 01/07/2009, Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/01-07-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-abertura-da-13a-assembleia-da-uniao-africana/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura do debate geral da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas.** Nova Iorque, 23/09/2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/23-09-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-abertura-do-debate-geral-da-64a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a II Cúpula América do Sul-África.** Isla de Margarita, 26/09/2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/26-09-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-ii-cupula-america-do-sul-africa/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a II Cúpula América do Sul-África.** Isla de Margarita, 27 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/27-09-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-ii-cupula-america-do-sul-africa/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar.** Roma, 16/11/2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/16-11-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-de-abertura-da-cupula-mundial-sobre-seguranca-alimentar/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lido pelo ministro Celso Amorim após receber o prêmio “Estadista Global” em nome do Presidente, durante o Fórum Econômico Mundial.** Davos, 29/01/2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/29-01-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-lido-pelo-ministro-celso-amorim-apos-receber-o-premio-estadista-global-em-nome-do-presidente/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia em comemoração ao Dia do Diplomata.** Brasília, 20/04/2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/20-04-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-em-comemoracao-ao-dia-do-diplomata/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.** Brasília, 10/05/2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/10-05-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-abertura-do-dialogo-brasil-africa-sobre-seguranca-alimentar/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da 14ª Cúpula do G-15.** Teerã, 17/05/2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/17-05-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-de-abertura-da-14a-cupula-do-g-15/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura do 3º Fórum Mundial da Aliança de Civilizações.** Rio de Janeiro, 28/05/2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/28-05-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-de-abertura-do-3o-forum-mundial-da-alianca-de-civilizacoes/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de abertura da Cúpula Brasil-Comunidade Econômica dos Estados da África.** Ilha do Sal, Cabo Verde, 03/07/2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semester/03-07-2010-discurso-do-presidente-da>

republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-de-abertura-da-cupula-brasil-comunidade-economica-dos-estados-da-africa/view (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à Guiné Equatorial.** Malabo, 05/07/2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semester/05-07-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-visita-a-guine-equatorial/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o presidente do Quênia.** Nairóbi, 06/07/2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semester/06-07-2010-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-encontro-com-o-presidente-do-quenia/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido pelo presidente do Quênia.** Nairóbi, 06/07/2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semester/06-07-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-almoco-oferecido-pelo-presidente-do-quenia/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Zâmbia.** Lusaca, 08/07/2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semester/08-07-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-encerramento-do-seminario-empresarial-brasil-zambia/view> (Acessado em: 27/05/2013);

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante jantar oferecido pelo Presidente de Moçambique, Armando Guebuza.** Maputo, 09/11/2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semester/09-11-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-jantar-oferecido-pelo-presidente-de-mocambique-armando-guebuza/view> (Acessado em: 27/05/2013).